# Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR NÚMERO 434 ► 20 DE OUTUBRO A 16 DE NOVEMBRO DE 2011 ► ANO 15

R$ 2


**EDUCAÇAO EM CRISE:** enquanto governo diz que não tem dinheiro para Educação, garante bilhões a banqueiros e empresas

10 e 11

**PARTICIPE DO PLEBISCITO!** Plebiscito sobre 10% do PIB na educação será realizado em novembro

20

6 e 7 — **AMANDA GURGEL:** "A doença da educação é a precariedade"

3 — Educação é um direito de todos os trabalhadores

8 e 9 — O avanço da privatização das universidades públicas

12 e 13 — 2011: o ano em que o professor foi à luta

16 e 17 — Racismo, machismo e homofobia: a opressão entre os muros da escola

# Organizar o plebiscito sobre os 10% do PIB já para a Educação

Os trabalhadores elegeram Dilma com a expectativa de que suas vidas melhorariam. Ainda hoje, a maioria (71% segundo pesquisas) apoia o governo. Mas, junto com isso, os trabalhadores conhecem a situação em que vivem. Em relação à Educação pública, por exemplo, a maior parte (51%) desaprova a política do governo.

Essa edição especial do Opinião Socialista está dedicada a demonstrar por que isso acontece. Eleição após eleição, os candidatos do PT e da direita (PSDB e DEM) dizem defender prioridade para a Educação. Bastaria votar neles e tudo se resolveria. Depois das eleições, porém, tudo segue igual.

O PSDB esteve no governo por oito anos e nada mudou. Agora, o PT já inicia um terceiro mandato, sem qualquer modificação de qualidade em relação à Educação pública. A privatização do ensino se impôs em todo o país e estamos pagando a conta.

A situação do ensino é caótica. O Brasil tem o maior índice de analfabetismo da América Latina (9,7%) além dos 30% de analfabetismo funcional. Os professores recebem uma miséria e realizaram greve em todo o país. As creches públicas ainda são miragens inatingíveis para as famílias pobres. As universidades privadas concentram 74% das vagas no país, enquanto as universidades públicas são sucateadas.

Dilma prometeu "acabar com a miséria" em seu governo. Muitos trabalhadores esperavam isso, ainda mais com todos os investimentos no país para preparar a Copa do Mundo e a Olimpíada. O pré-sal poderia ser usado para melhorar a Educação e a Saúde do povo. Mais uma vez, essas promessas não têm nada a ver com a realidade. Basta ver a situação atual: o crescimento que o país teve durante os dois governos Lula não se reverteu em nenhuma melhoria na Educação e na Saúde públicas.

O futuro será igual ou talvez pior. Todos esses investimentos vão ser feitos em base a um compromisso do governo com as grandes empresas de buscar reduzir os salários e direitos dos trabalhadores para aproximar a situação do Brasil da existente na China. Investimentos não significam, necessariamente, distribuição de renda: no caso brasileiro, estão apontando para uma concentração ainda maior. O país cresce, mas só uma minoria fica ainda mais rica.

E a situação que já é muito ruim na Educação pública pode piorar. Pode haver uma queda ainda maior caso a crise econômica internacional atinja o país.

## Falta dinheiro para a Educação?

Muitos trabalhadores pensam que o país não tem os recursos necessários para superar problemas, como o caos na Educação pública. Isso não é verdade.

O governo tem dinheiro. O que acontece é que destinou 49,15% de tudo que arrecadou em impostos e taxas em 2011 aos banqueiros para pagar uma dívida que não existe. Isso é mais do que 16 vezes o destinado à Educação.

Seria possível ter Educação pública, gratuita e de qualidade em todo o país se o governo não tivesse essa relação estreita com os bancos, pagando, mais uma vez, uma dívida que já foi paga inúmeras vezes. Os banqueiros mandam no país. E eles não precisam da Educação pública.

## Sempre vai ser assim?

Outros pensam que a situação da Educação sempre foi assim e que isso nunca vai mudar. Será mesmo?

É verdade que o Brasil nunca foi um exemplo, mas a privatização das últimas décadas piorou a situação. Em geral, no século passado, as melhores escolas do ensino básico de cada cidade eram públicas. Lula herdou a situação caótica causada pela privatização promovida pelos governos da direita, manteve e aprofundou a privatização da Educação, levando ao caos atual.

Não é verdade que tudo vai continuar da mesma forma porque os brasileiros são assim mesmo. A verdade é que essa situação possibilita muitos lucros para as grandes empresas com a privatização. Por que não seria possível mudar isso?

Perante essa situação, a CSP-Conlutas, a ANEL, o Andes-SN e diversas outras entidades decidiram convocar a população a participar de um plebiscito em novembro. Nesse plebiscito, a população dirá se está de acordo com a proposta de 10% do PIB já para a Educação pública. Chamamos todas as entidades do movimento sindical, popular e estudantil a se engajarem nessa campanha, organizando o plebiscito em suas bases.

É preciso dar um basta no caos da Educação. Vamos fazer uma grande mobilização, realizando o plebiscito por todo o país para exigir de Dilma 10% do PIB já para a Educação pública.. ■

## Endereços das sedes


SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01313-000 Tel.: (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - R Dr. Rocha Cavalcante, 556. A Vergel - (82) 3032 5927. maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013. Centro (altos Bazar Brasil). Tel (96) 3224-3499. macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093. manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, Sala 301. Centro. Tel (71) 3015-0010 pstubahia@gmail.com. Blog: pstubahia.blogspot.com
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910. Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710. Benfica. CEP 60015-340. fortaleza@pstu.org.br

JUAZEIRO DO NORTE - Rua São Miguel, 45. São Miguel. Telefone: (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, Sala 215. Asa Sul. CEP 70.306-000. Fone/Fax: (61) 3226-1016 brasilia@pstu.org.br. Blog: pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 237, nº 440, Qd. 106, Lt- 28, Casa 014, CEP 74605-160. Setor Universitário. Tel (62) 9146 - 8370. goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, Sala 10. Monte Castelo. Tel (98) 8812-6280/8888-6327. saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165. Jd. Leblon. CEP 78060-010. Tel (65) 9956-2942/9605-7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921. Vila Planalto. Tel (67) 3331-3075/9998-2916. campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - R. da Bahia, 504, sala 603 - Centro (31) 3201-0736. bh@pstu.org.br. Site: minas.pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202. Eldorado. Tel (31) 2559-0724

JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 20, sala 301. Centro. juizdefora@pstu.org.br

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. Tel (34) 3312-5629. uberaba@pstu.org.br

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br

ALTOS - Duque de Caxias, 931. Altos. Telefone: (91) 3226.6825 (91) 8247.1287.

SÃO BRÁZ - R. 1º de Queluz, 134. São Braz. Telefone: (91) 3276-4432.

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Sérgio Guerra, 311, sala 1. Bancários. Tel (83) 241-2368. joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Av. Luiz Xavier, 68, sala 608. Centro. curitiba@pstu.org.br

MARINGÁ -Rua José Clemente, 748, Zona 07. CEP 87020-070. Tel (44) 9111 3259. Blog: pstunoroeste.blogspot.com

PERNAMBUCO

RECIFE - R. Santa Cruz, 173, 1º andar. Boa Vista. Tel (81) 3222-2549. pernambuco@pstu.org.br. Site: www.pstupe.org.br.

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. teresina@pstu.org.br. Blog: pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180. Lapa. Tel (21) 2232-9458. riodejaneiro@pstu.org.br. Site: rio.pstu.org.br

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404. Centro. d.caxias@pstu.org.br

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308. Centro. niteroi@pstu.org.br

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766 - Fundos. Centro. CEP 27916-000. Macaé (RJ). Telefone: (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62. Cordueira. Telefone: (22) 2533-3522

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546. Centro

VALENÇA - R. 2, 153 - BNH. João Bonito. CEP: 27600-000. Telefone: (24) 2452 4530. sulfluminense@pstu.org.br

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43 - Sala 202. Aterrado. CEP 27.215-090. Telefone: (24) 3112.0229. sulfluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - R. Apodi, 250. Cidade Alta. Telefone: (84) 3201 1558. natal@pstu.org.br. Blog: psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243. Porto Alegre. Tel (51) 3024.3486/3024.3409. portoalegre@pstu.org.br. Blog: pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105. Morada do Vale I. Tel (51) 9864 5816

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432 sala 20. Galeria Dom Guilherm. Tel (54) 9993 7180

SANTA CRUZ DO SUL - Tel (51) 9807 1722

SANTA MARIA - Tel (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77. Centro. Tel (48) 3225-6831 floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Imigrante Meller, nº 487. Pinheirinho. Tel (48) 3462-8829/9128 4579. CEP: 88805-085 pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248. São Bento. Tel (11) 3313-5604

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18. São Miguel. Tel (11) 7452-2578

ZONA SUL - R. Amaro André, 87. Santo Amaro. CEP 04753-010. Tel (11) 6792-2293.

ZONA OESTE - R. Belckior Carneiro, 20. Próximo à estação Lapa da CPTM. CEP 05068-050. Tel (11) 7071-9103.

BAURU - R. Antonio Alves, 6-62. Centro. CEP 17010-170. bauru@pstu.org.br

CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786

Tel (19) 3201-5672. campinas@pstu.org.br

FRANCO DA ROCHA - Av. 7 de Setembro, 667. Vila Martinho. educosta16@itelefonica.com.br

GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134 - Fundos. Centro. Telefone: (11) 2382-4666. guarulhos@pstu.org.br

MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213. Centro. Tel (11) 9987-2530.

PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, Sala 05. Jardim Caiçara. Tel (18) 3221-2032

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614. Campos Eliseos. Tel (16) 3637-7242. ribeirao@pstu.org.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58. Centro. Telefone: (11) 4339-7186. saobernardo@pstu.org.br Blog: pstuabc.blogspot.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63 - Piso 1. Jd. Bela Vista. Tel (12) 3941-2845. sjc@pstu.org.br

EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917 - sobreloja. Pq. Pirajuçara. Telefone: (11) 4149-5631

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386. Centro. Tel (12) 3953.6122

SUZANO - Tel (11) 4743-1365. suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b. Conjunto Orlando Dantas. Telefone: (79) 3251-3530. aracaju@pstu.org.br



**OPINIÃO SOCIALISTA**
**publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

**CORRESPONDÊNCIA**
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*





**EDITOR**
Eduardo Almeida Neto

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**
Mariúcha Fontana (MTb14555)

**REDAÇÃO**
Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Wilson H. da Silva

**DIAGRAMAÇÃO**
Victor "Bud"
Thiaguinho da USP
Gustavo Sixel

**IMPRESSÃO**
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

**ASSINATURAS**
(11) 5581-5776
*assinaturas@pstu.org.br*
*pstu.org.br/assinaturas*

# O direito dos trabalhadores à educação pública de qualidade

CLEBER RABELO*, de Belém (PA)

João Antônio**, 42 anos, é servente (ajudante) de pedreiro da construção civil em Belém. Até o ano passado trabalhou na construção de um grande Shopping Center na cidade. Estudou até a antiga 5ª série. Como mora em outro município da região metropolitana da capital paraense, tinha que acordar às 4 horas da manhã para que antes das 5 horas estivesse no ponto de ônibus, pegar duas conduções, se deslocar até o centro de Belém e estar trabalhando às 7 horas. Na obra, sua jornada prolongava-se até as 5 horas da tarde.

Por conta da distância, do pouco número de ônibus e dos engarrafamentos, João Antônio chegava em sua residência entre 8 e 9 horas da noite. Perguntado sobre o que dava para fazer, ele responde: "Nada. Não conseguia nem assistir TV. Só pensava em dormir". Estudar? "Nem pensar!"

Dada a urgência de término da obra, que era construída dia e noite, em alguns dias ele tinha que cumprir um turno noturno ou mesmo virar 24 horas trabalhando. "Aí é que eu não conseguia fazer nada mesmo".

O caso de João Antônio reflete a situação do trabalhador brasileiro. É sugado ao máximo pelos patrões, não restando tempo para o estudo, lazer ou mesmo o convívio com a família. Os patrões se utilizam da baixa escolaridade para pagar salários achatados. Segundo a FIESP, do total de trabalhadores da construção no estado de São Paulo, 4.554 eram analfabetos em 2010, 63% tinham no máximo o ensino fundamental. Resultado: um empregado com nível superior (profissionais da administração, por exemplo), era contratado recebendo o equivalente a cinco salários de um analfabeto da categoria e 4,34% de um operário com ensino fundamental incompleto. Do total de analfabetos no Brasil 16,4% vivem com meio salário mínimo de renda.

No Pará, segundo o IBGE, 1/3 (um terço) das crianças do município de Melgaço são analfabetas. Entre jovens e adultos este percentual sobe a 37%. Infelizmente, esse não é um caso isolado nem no Pará nem no Brasil.

O avô João Antônio era analfabeto e trabalhador rural. O pai era semianalfabeto e trabalhador autônomo da construção civil. João Antônio tem três filhos. O mais novo começou a estudar somente aos seis anos de idade. O mais velho, de 16 anos, já realiza "bicos" na construção civil e, depois de algumas repetências, tenta concluir o ensino fundamental.

**JORNADA DE TRABALHO INFERNAL** impede a universalização da educação

São justamente os jovens que mais sofrem com o desemprego no Brasil, pois 42,2% dos desempregados estão nesta faixa etária. Isso poderia ser um bom indicador se eles estivessem apenas estudando, mas não é o que acontece, pois uma parcela significativa está no mercado informal, nas ruas, em subempregos, trabalhos domésticos ou no crime.

O governo Dilma coloca o pagamento da dívida pública aos especuladores acima dos gastos com saúde, educação e demais áreas sociais juntas. Isso se soma ao fato de que a elevada concentração de renda no Brasil provoca a generalização da pobreza e empurra nossos filhos precocemente para o mercado de trabalho, retirando-os da sala de aula.

Assim como João Antônio, que pensa em voltar a estudar, nós, socialistas, queremos ter de fato a universalização do direito à educação pública de qualidade em todos os níveis. Reivindicamos mais: o lugar de nossas crianças é na escola. Mas, para isso, é preciso reduzir a jornada de trabalho e pagar salário decente aos trabalhadores, garantindo a sobrevivência digna de toda a família. Sem isso, enquanto os patrões continuarão enriquecerão cada vez mais, nossas crianças permanecerão sendo empurradas a trabalhar muito cedo para complementar a renda de suas famílias.

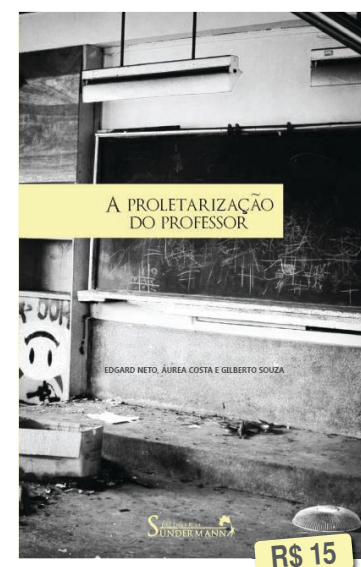
A escola primeira colocada no questionável Exame Nacional do Ensino Médio foi o Colégio São Bento do Rio de Janeiro, vinculado à igreja católica. Seus estudantes podem enfrentar qualquer vestibular no país, mas, para isso, pagam mensalidade de R$ 2 mil, quase quatro vezes o salário líquido de um servente de pedreiro da construção civil de Belém. A realidade do ensino público brasileiro de 1º e 2º graus gera uma distorção, onde quem tem dinheiro e pode pagar uma "boa" escola tem muito mais chance de ser aprovado no vestibular. O filho do trabalhador também quer o direito efetivo entrar na universidade pública. De imediato, faz-se necessário ampliar os mecanismos de acesso à população pobre e o elevar o investimento a 10% do PIB para a educação pública. Ao médio e longo é preciso mudar o perfil da universidade pública para uma universidade voltada aos trabalhadores.

O acesso à educação pública e de qualidade em todos os níveis deve ser efetivamente um dever do Estado e um direito dos trabalhadores e de seus filhos. ■

* Cleber é operário da construção civil e membro do sindicato da categoria em Belém.

** o nome verdadeiro do entrevistado foi substituído para evitar represálias.

**PARA ENTENDER MAIS...**

## A proletarização do professor

Este livro, da Editora Sundermann, que contém ensaios de Áurea Costa, Edgard Neto e Gilberto Souza, foi pensado como um instrumento de discussão entre o movimento sindical de professores e o conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que analisam com profundidade o sucateamento da educação pública, a contínua desvalorização do trabalho do professor e a alienação crescente da atividade docente, os autores propõe as possíveis saídas para este triste quadro. Em três ensaios bastante profundos e ao mesmo tempo de fácil leitura, demonstra-se a identidade entre o movimento docente e o movimento sindical em geral, entre os professores e a classe trabalhadora em geral, entre os alunos da escola pública e os filhos da classe trabalhadora em geral. A partir daí a conclusão só pode ser uma: a resolução definitiva para o problema da educação brasileira reside na mais ampla unidade entre professores, pais, alunos, movimentos sociais, sindicatos e partidos da classe trabalhadora contra os planos neoliberais de sucateamento da educação. É a classe trabalhadora que faz a escola. Logo, a escola deve ser feita para a classe trabalhadora.

# O que restou daquilo que nos prometeram?

GILBERTO PEREIRA DE SOUZA, de São Paulo*

*Das promessas de redenção social via educação restou apenas a crescente precarização do ensino básico e das condições de trabalho dos professores*

Março de 2011 foi um mês simbólico para o Brasil. Mas poderíamos dizer que foi um mês de festa para o governo, seus apoiadores e a burguesia tupiniquim.

Enquanto os Estados Unidos e a Europa se afundavam na crise mundial, o Brasil alcançou o posto de sétima economia do planeta.

A felicidade brasileira aparentemente estava completa. Não podia ser melhor: crescimento econômico em meio à crise mundial. O detalhe despercebido por muita gente, começando pelos eufóricos de plantão, foi que, em março de 2011, o ranking de educação da Unesco havia classificado o Brasil em 88º lugar. A sétima economia do mundo ficou na octogésima oitava posição em qualidade de ensino – sendo superada até por Paraguai e Bolívia.

A pergunta que não quer calar é: como a sétima economia do mundo possui uma educação tão ruim?

## Nova era neoliberal

No início da década de 1990 começaram as grandes reformas estruturantes na educação. O Brasil precisava diminuir as desigualdades sociais, sair do atraso cultural (combatendo a evasão e a repetência nos sistemas de ensino) e garantir um futuro digno aos nossos jovens com emprego, cidadania e renda – tudo isso passando por uma educação de melhor qualidade.

Na construção desse futuro radioso para a juventude e o país, o professor seria uma figura central. Os mestres deixariam de ser os "sacerdotes do ensino", como se afirmou até os anos 1980 do século 20, para serem os "arautos da nova era", aqueles que pavimentariam a estrada que levaria o país, e os jovens em particular, ao reino dos céus.

Mas a expansão do ensino não implicou em aumentar os investimentos públicos em educação (veja nas páginas 10 e 11). Portanto, alguém teria que pagar esta conta: professores e alunos.

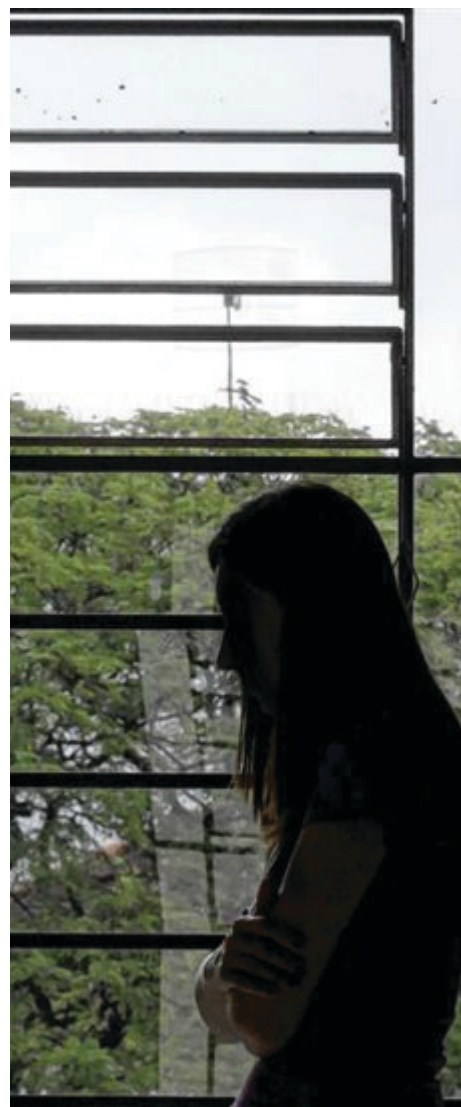
## Condições de trabalho

Os professores financiaram a expansão ou universalização da educação básica no país com seus salários e condições de trabalho. Planos de carreira foram desmontados. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, 57% dos municípios brasileiros não têm planos de carreira para o magistério.

> Os professores financiaram a expansão ou universalização da educação básica no país com seus salários e condições de trabalho. Hoje 57% dos municípios brasileiros não têm planos de carreira para o magistério

Os reajustes salariais foram substituídos por uma bonificação por mérito ou por metas. As horas-atividade foram eliminadas ou reduzidas ao mínimo possível, e parcela significativa dos professores passou a ser contratada por tempo determinado. São mais de 300 mil, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Os mestres também foram obrigados a atender mais alunos. Primeiramente com a aprovação automática, disfarçada no sistema de ciclos ou agrupamento de séries, e depois com o aumento do número de alunos por sala. Segundo estudo feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nosso país tem trinta alunos por sala em média no ciclo II do ensino fundamental, enquanto os países desenvolvidos, membros da OCDE, chegam a ter vinte alunos. O Brasil tem 50% mais alunos por turma na educação básica.

Os jovens também não saíram ilesos dessas reformas. A escola obrigatória com aprovação automática e sem que os recursos públicos para o ensino aumentassem transformou o ambiente escolar num verdadeiro depósito de gente, com turmas superlotadas e escolas sem manutenção e mal equipadas.

**DOENTES.** Condições de trabalho levam uma quantidade supreendente de professores a adoecerem

Prometeram um futuro de maravilhas aos professores, mas ele não chegou. Uma campanha sistemática foi orquestrada através dos meios de comunicação para culpar e criminalizar esta categoria profissional pela crise e decadência do ensino público. Assim, desvia-se a atenção da população e de muitos movimentos sociais, enquanto governos e empresários privatizam a educação retirando direitos e conquistas laborais do magistério, reduzindo o custo da mão de obra e transformando o direito à educação num grande negócio privado.

## Saúde do educador

O pesado fardo das campanhas difamatórias e das condições de trabalho cada vez mais precárias têm um efeito devastador sobre os professores. Os docentes da educação básica são uma categoria doente. Segundo pesquisa nacional feita pela CNTE, 30,4% dos entrevistados têm problemas de saúde, 22,6% estão permanentemente em licença e 43,7% já sofreram alguma cirurgia. No estado de São Paulo, pesquisa da Apeoesp (sindicato estadual dos professores) de 2010 confirma o adoecimento da categoria. Mais de 40% dos entrevistados exercem outra atividade para complementar a renda, 48,5% sofrem de estresse, 36% têm problemas de voz, 26,6% sofrem de depressão, 23,5% são hipertensos e mais de 40% sofrem da Síndrome de Bournout – todos com diagnóstico médico.

Até a prestigiada rede municipal de São Paulo, com salários acima da média nacional e plano de carreira, sofre de doença profissional. Atualmente, 10% dos professores têm "transtorno mental", segundo dados do Departamento de Saúde do Servidor divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo.

## Violência

Nossos jovens também estão no meio do show de horrores. Segundo o IBGE, a principal causa de mortalidade entre a juventude é assassinato, e dois terços ou 64% dos desempregados no Brasil são jovens. De acordo com o Núcleo de Estudos Sobre a Violência da USP, 50% das vítimas de assassinato são jovens das periferias pobres dos médios e grandes centros urbanos, das camadas sociais "C" ou "D" e não brancos – as vítimas preferenciais da violência são os alunos da escola pública.

Das promessas de redenção social via educação restou apenas a privatização crescente do ensino básico e o sofrimento crônico de professores e alunos.

É mais que passada a hora de virarmos este jogo! Educação não é mercadoria. ■

Síndrome de Bournout - distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso. O esgotamento físico e mental está ligado à vida profissional.

* professor da rede pública estadual de SP e coautor do livro "A proletarização do Professor. Neoliberalismo na educação"

# "O desânimo dos professores é generalizado"

DIEGO CRUZ, da redação

*Baixos salários e salas superlotadas são a realidade de uma categoria que insiste em resistir à precarização do Ensino*

FERNANDA BUNNY

**PATRÍCIA DE SOUZA.** "Não desisti porque gosto muito de ser professora"

Quando Patrícia Karinne Alves de Souza era ainda estudante de um colégio público estadual, na década de 1980, talvez não imaginasse que estaria, anos depois, do outro lado da sala de aula. Hoje, aos 38 anos, Patrícia é professora de português na escola estadual Cleise Marisa Siqueira, na região de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo.

A escola da periferia reúne algo como 1.500 estudantes e é o lugar para onde ela vai todo dia após acordar às 5h45 e em que convive diariamente com a precária situação do ensino público. Patrícia leciona na parte da manhã e é exceção em uma categoria obrigada a sobrepor turnos.

*"Eu fazia ideia de como era, mas era uma visão mais externa, só ali dando aula a gente vê como realmente é"*, explica. A então estudante comunicativa e amante da língua portuguesa pensou que poderia unir as duas coisas e ainda apostar em uma área que via como tendo grande função social: a educação. A dura realidade que começou a viver desde 1998, quando passou a lecionar na rede pública, porém, trouxe o sonho à realidade.

A situação que encontrou pelos lugares em que passou, além de São Miguel Paulista, escolas na Penha e em Itaquera, também na Zona Leste, não costuma aparecer nos comerciais institucionais do governo do estado. Drogas, violência e salas superlotadas são elementos do cotidiano de milhares de estudantes e professores. *"A rotina é muito estressante, tem muito barulho e é impossível, com tantos alunos em uma mesma sala de aula, dar atenção a cada um"*, relata. Para ela, a superlotação é um dos principais problemas da rede pública. Nas salas que dá aula, do 8º ano e 1º colegial, a média por sala é de 45 estudantes. *"Fica impossível acompanhar cada aluno de forma personalizada, o que seria o ideal já que cada um tem uma dificuldade distinta, uma característica própria"*.

## Desânimo

Com uma situação dessas, é comum que os professores sejam atingidos por um profundo sentimento de impotência. *"O desânimo é generalizado, e tem aumentado muito nos últimos anos"*, conta a professora. Sentimento que pode se desdobrar até mesmo em doenças, como a depressão, uma verdadeira epidemia na categoria. Na escola de Patrícia vários professores já passaram ou passam ainda pelo problema, tendo que recorrer muitas vezes à licença médica. Também é comum, segundo a educadora, os professores que cada vez mais pensam em abandonar a carreira. *"Em minha escola tem vários casos de professores que dizem que vão seguir outro caminho, prestar um concurso público, e fazer outra coisa"*.

Patrícia mesmo já pensou em entregar os pontos. *"São muitas coisas que desmotivam o professor, como a violência, indisciplina, às vezes uma direção que não é comprometida"*, diz. Em um caso específico, a professora foi vítima de agressão verbal. Mas evita personalizar o problema, contextualizando o fato como parte de uma questão social mais ampla que acaba atingindo as escolas. *"São casos em que os alunos já vem de famílias desestruturadas, vai para a escola e se sente como obrigado a estar lá, e aí acaba se exaltando"* , relembra evitando detalhes.

## Do luto à luta

Apesar de reconhecer que em alguns aspectos a escola pública melhorou um pouco, como nos materiais fornecidos, Patrícia afirma que em muitas outras, como na violência e nos salários, piorou e muito.

E por que Patrícia não desistiu, apesar de tantos desgostos? *"Não desisti porque gosto muito de ser professora, e porque não penso só nesses casos, penso também naqueles bons alunos, alguns que já são inclusive profissionais"*, confessa a professora que ainda sente orgulho de sua profissão e sentir que faz a diferença na vida de muitas pessoas. *"Se vamos mudar algo aqui, é através da educação"*, acredita, apesar de sentir na pele a desvalorização que a carreira docente sofreu nos últimos anos.

Quando começou a lecionar em 1998, a professora ganhava o equivalente a 6 salários mínimos. Hoje, porém, seu salário não chega a 3, em média. Esse foi um dos motivos que fizeram Patrícia a se envolver nas mobilizações da categoria, cerca de cinco anos após ter começado a trabalhar na rede pública. *"Fui observando as lutas dos professores e fui vendo que aquilo pelo que lutavam tinha a ver com o que me afetava diariamente, e eu não podia ficar indiferente"*, relembra. Começou assim a frequentar as assembleias de professores, observar a responsabilidade do governo para a atual situação da educação e, principalmente, em tudo o que tinha que ser mudado.

Patrícia sonha, e luta, por um dia em que preencher "professora" na ficha de algum estabelecimento não seja motivo para provocar comentários negativos. ■

## O PNE e a valorização da docência

*O Opinião entrevistou Luiz Araujo, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais (Inep), entre 2003 e 2004, e atual assessor da senadora Marinor Brito (PSOL-PA). Araujo fala sobre os pontos que tratam da valorização da docência contidos no novo Plano Nacional de Educação (PNE). Confira:*

**Qual a sua avaliação do novo PNE?**

*Luiz Araujo* - O Projeto de Lei enviado pelo governo representou uma dupla frustração. Por um lado havia uma expectativa que o governo respeitaria as deliberações da Conferência Nacional de Educação e absorveria no teor do PNE inúmeras propostas progressistas aprovadas neste Fórum, especialmente a proposta de elevação do gasto público em educação para 10% do PIB. Por outro lado vários conceitos conservadores e privatistas continuam permeando o projeto. Na verdade o PL dá continuidade a visão de que a educação é uma oportunidade e não um direito e que não precisa ser um serviço prestado diretamente pelo setor público.

**O que você acha dos pontos do projeto que tratam de valorização da docência?**

*Luiz Araujo* - Acho que é um dos aspectos contraditórios do projeto. A valorização do magistério até que possui um grande peso no número de metas apresentadas pelo projeto do governo, mas está suspensa no ar. O que quero dizer com isso? O governo propõe, por exemplo, aproximar os salários médios dos docentes aos recebidos por outros profissionais com igual formação, mas não diz como isso irá acontecer, quem pagará a conta e em que proporção os salários crescerão.

A valorização de mais de 2 milhões de professores depende de uma revisão do formato de financiamento da educação e do pacto federativo. Não é possível pensar que os salários terão crescimento real durante a década quando presenciamos a maioria dos governadores não cumprindo o piso salarial nacional, por menor que ele seja.

Por isso que a luta pela aprovação de um investimento público de pelo menos 10% do PIB na educação pública é prioridade de todas as organizações da sociedade civil brasileira.

# "A doença da educação é a precariedade"

*Reportagem do Opinião acompanha da professora Amanda Gurgel, que ficou conhecida em todo país após um vídeo no Youtube no qual critica governantes pela situação de caos da Educação. Confira.*

JOÃO PAULO, de Natal (RN)

A rotina da professora que calou os deputados do Rio Grande do Norte, ao denunciar o caos da educação pública no estado, não é diferente da dos demais educadores de todo o país. Foi essa semelhança que fez milhões de pessoas se identificarem com seu discurso. O dia a dia cansativo e estressante, com duas ou três jornadas em escolas diferentes, salários baixos e péssimas condições de trabalho, é uma regra no Brasil. Não seria exagero dizer que todos os professores têm vidas parecidas. Assim como para a maioria dos trabalhadores, o dia da professora Amanda Gurgel também começa muito cedo, quando o sol ainda nem deu as caras direito. "Eu acordo às 5 horas da manhã e preciso me organizar rapidamente para poder pegar o primeiro ônibus, que passa mais ou menos dez minutos antes das seis. Eu tenho de ser rápida. É tomar um banho rápido e organizar o meu material.", conta.

Amanda mora em Nova Parnamirim, zona sul da região metropolitana de Natal, e trabalha em duas escolas do outro lado da cidade. A correria de todos os dias retira da professora até mesmo o direito a um café da manhã tranquilo. "São três ônibus que eu pego para chegar às escolas. Eu até poderia pegar dois, mas como o transporte público em Natal é muito precário eu preciso pegar mais um para chegar no horário.".

O cansaço e o estresse já começam nas primeiras horas da manhã, ainda dentro do transporte. A viagem é longa e Amanda se esforça para manter o mesmo ânimo de quando acordou. "Eu levo em média uma hora e meia para chegar até a escola. Já chego na escola cansada", diz a professora.

## Dupla jornada escolar

A primeira jornada de trabalho é dada na Escola Municipal Amadeu Araújo, no bairro de Nova Natal, zona norte da capital potiguar. Durante toda a manhã, Amanda é responsável pelas atividades escolares no laboratório de informática, onde muitas vezes a internet se torna um mistério para os alunos, já que as condições são precárias. "Aparentemente pode parecer uma tarefa simples. Mas não é. Todas as turmas da escola passam por mim. São doze turmas do ensino fundamental ao todo.", diz.

**VÍDEO** divulgado na internet no qual Amanda culpa políticos pelo caos da educação

Mas o acúmulo de trabalho na primeira escola é só o começo. À tarde, a professora ensina Língua Portuguesa na Escola Estadual Myriam Coeli, no mesmo bairro da primeira, onde encara mais seis turmas do segundo e terceiro anos do Ensino Médio. E é dentro da sala de aula que a irresponsabilidade dos governos com a educação pública vai ganhando formas mais definidas. Os alunos da professora Amanda não tiveram professor de Português durante todo o ano passado. "É muito complicado. Eu tento me adaptar. Tenho que passar os conteúdos da série em que eles estão matriculados, sem deixar de falar daqueles assuntos que eles não viram antes. É muito difícil. Não é simples. É bastante sacrificado.", conta ela, com uma mistura de tristeza e revolta.

A revolta aumenta quando chega a hora da merenda escolar. Há três meses, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Norte e a Justiça do Estado proibiram os professores de compartilhar a alimentação do aluno, sob pena de responderem administrativamente e criminalmente pelo ato. "Geralmente, o meu café da manhã é a merenda da escola. Querem passar a imagem de que os professores são os vilões da história só porque se alimentam de uma parte da merenda dos alunos. Mas o que acontece, na verdade, é que temos uma rotina bastante cansativa, corrida, e não temos tempo nem condições para fazermos as refeições adequadas.", explica.

A professora culpa os governos por essa situação humilhante, sobretudo o governo federal e seu Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. "Não temos dinheiro suficiente para comer o dia todo e todos os dias fora da escola, já que a gente trabalha o dia inteiro e nossos salários são muito baixos. A gente não é super-herói, somos de carne e osso e precisamos nos alimentar. Não tenho nenhum constrangimento de falar sobre isso. Se existe um erro nisso tudo, ele não é nosso. É do governo federal e do PNAE, que não vê que a escola é formada por alunos, pais, professores e funcionários. Portanto, toda a comunidade escolar deveria ter acesso à merenda.", desabafa Amanda.

## "Não tínhamos carteiras"

A humilhação dos professores e o descaso com a educação não tem limites. Na sala de aula, Amanda enfrenta problemas básicos de infraestrutura, que chegam a beirar o absurdo. Uma realidade que se repete não só por todo o Rio Grande do Norte, mas no Brasil inteiro. Salas quentes e abafadas, com lâmpadas queimadas e instalação elétrica à mostra. Tudo isso por falta de investimento. "O dinheiro enviado pelo governo é pouco. É uma angústia você precisar trabalhar com um determinado material e a escola não ter esse material. Em geral, a situação é precária. Na minha escola, a gente passou quatro anos solicitando carteiras à Secretaria Estadual de Educação. No ano passado, fizemos um ato público, com alunos e professores, todo mundo exigindo carteiras. Imagine isso. Não tínhamos carteiras.", diz a professora. "As carteiras só foram aparecer depois que aquele meu vídeo ganhou repercussão", completa.

Amanda diz que qualquer pessoa sabe que todos os materiais se desgastam com o tempo. "Se na nossa casa uma cadeira se desgasta, imagine numa escola, com três turnos funcionando. É natural que tenhamos carteiras com defeito porque já foram usadas por vários anos e não servem mais. Mas o governo quer que as carteiras durem o resto da vida. Parece que a ideia é que todo material da escola precisa durar para sempre.", critica. Os alunos também reclamam e Amanda os incentiva a reivindicarem uma educação melhor. "Eu tenho conversado bastante com os alunos sobre isso. E depois do vídeo eles se sentiram mais empolgados com essa questão de reivindicar melhores condições e de reclamar sobre a situação da escola.".

> "Os cortes [de verba] na educação servem para cumprir com esse projeto do governo de seguir com a indústria da ignorância

A falta de professores para diversas disciplinas é outro grave problema que atormenta alunos e superexplora os profissionais que estão na ativa. A professora se preocupa com a questão e reconhece que parte das extensas jornadas de trabalho se explica pela insuficiência de profissionais. Mas não só por isso. "Existe carência de tudo na educação. Faltam professores, funcionários, vagas e escolas. E isso tem a ver diretamente com o novo PNE do governo Dilma, que está tramitando no Congresso. O plano

MAGNUS NASCIMENTO

**AMANDA GURGEL:** "as carteiras novas só chegaram na escola depois da divulgação do meu vídeo na internet"

utiliza a palavra otimizar, que é bem pomposa, para maquiar os problemas da educação. O plano diz que é preciso otimizar o espaço, otimizar os recursos. Mas o que precisamos mesmo é de mais vagas, mais salas de aula, mais professores, mais escolas. Enfim, precisamos é de mais investimentos, o que o novo PNE não prevê.", aponta.

Por causa da quantidade excessiva de turmas e alunos, uma média de 40 por sala, Amanda admite que é impossível acompanhar todos com a qualidade que merecem, por mais que se esforce. "O processo de aprendizado pressupõe um acompanhamento individual, um acompanhamento dos avanços dos alunos. Isso o professor não consegue fazer. É muito difícil associar os problemas encontrados nas avaliações com o rosto de cada aluno. Não há como dar acompanhamento exclusivo a um aluno enquanto os outros 39 estão esperando atenção. Realmente não há condições de se fazer um trabalho decente assim.", lamenta.

## "Indústria da ignorância"

Foi com grande revolta que a professora Amanda recebeu, no início de outubro, a notícia de que a governadora Rosalba Ciarlini (DEM) pretende cortar R$ 96,2 milhões da pasta da educação no Rio Grande do Norte. Some-se a isso o já gigantesco corte de R$ 3,1 bilhões da presidente Dilma, e está traçado o futuro da educação pública nos próximos anos. Para Amanda, além de servirem para aumentar o pagamento dos juros da dívida pública aos banqueiros, os cortes do governo na educação têm ainda outra função. "Os cortes na educação servem para cumprir com esse projeto do governo de seguir com a indústria da ignorância.", argumenta.

Para combater essa realidade, é que Amanda tem feito muitos esforços para divulgar a Campanha dos 10% do PIB Já para a Educação Pública. Ela defende que este é um projeto para ser abraçado por todos os trabalhadores. "O governo tem tratado os 10% do PIB para educação como se já fosse um absurdo de investimento. Na verdade, isso é o mínimo necessário para que a gente dê o primeiro passo na direção de uma educação ideal. Eu vejo essa nossa campanha como um projeto daqueles que tem compromisso com a educação. De todos aqueles que constroem o país. Operários, médicos, professores, todos. Todos os trabalhadores deveriam se engajar nessa campanha porque reflete diretamente nas nossas vidas.", convoca.

Nos intervalos das aulas, na sala dos professores, Amanda aproveita os rápidos momentos livres do trabalho para conversar com os colegas de profissão. Os assuntos são variados. "Felizmente, tenho uma relação muito boa com meus colegas de trabalho. A gente conversa sobre tudo. Desde as coisas mais amenas, como o que passou na televisão ou uma matéria boba que saiu numa revista, até os problemas graves da educação. Todos são indignados com os governos. Não só os atuais, mas também os que já passaram. Há ainda a total descrença de que esse sistema possa funcionar. Tenho muitos colegas que votam nulo, que já desistiram.", revela.

Mas muitas vezes o assunto do dia envolve uma questão bastante delicada para os professores. As condições precárias da educação, com baixos salários e longas jornadas, têm deixado muitos educadores doentes. Só no estado da professora Amanda são mais de 600 professores licenciados por problemas de saúde. "Teve um professor que sofreu um derrame em sala de aula depois de passar por uma contrariedade com um aluno. Ele vinha num processo de estresse muito grande, a gente percebia que era uma bomba relógio. E foi o que aconteceu. Ele explodiu e teve um derrame. Esse professor tinha procurado a junta médica para pedir uma licença. O pedido não foi concedido, mas depois ele teve que, obrigatoriamente, ter a licença por causa da doença. Ele ficou com sequelas. Mas o estado não está nem aí para isso. É por causa desse descaso que a gente adoece. É por isso que a gente morre.", desabafa.

> "Para mim, ser professora é, acima de tudo, ser uma militante da causa da educação. Ser uma lutadora

## Para os alunos, o professor é um anti-exemplo

Em condições de trabalho tão deploráveis, o sentimento de frustração muitas vezes é inevitável. Assim como muitos outros professores pelo país, Amanda também já viveu situações, no mínimo, constrangedoras em sala de aula e que a fizeram repensar o papel do professor atualmente nas escolas públicas. "A forma como os governantes encaram a educação faz com que nós, professores, cumpramos um papel contrário ao que deveríamos cumprir. Hoje o professor é um anti-exemplo para os alunos. O aluno não quer ser professor. O aluno não quer morrer de estudar e trabalhar para ter de pegar três ônibus até chegar ao local de trabalho. Não quer morrer de estudar e trabalhar para vir o Ministério Público e dizer que você não pode comer essa merenda. Os alunos percebem que nossa atividade é muito humilhante, muito degradante. Eu ouvi isso de um aluno de dez anos.", afirma.

Entretanto, nem só de angústias é formada a realidade diária da professora Amanda. Na luta do dia a dia, ela ainda consegue construir uma boa relação com os alunos, mesmo mantendo contato com centenas deles cotidianamente. "Uma vez, estávamos em frente à Prefeitura de Natal, durante um ato contra o aumento da passagem de ônibus, professores e estudantes participando do protesto. E eu encontrei uma ex-aluna minha, que era criancinha quando tinha sido minha aluna. Nos reconhecemos na hora. Foi emocionante encontrá-la ali, lutando junto com os outros.".

Amanda revela preocupação com uma jornada tão cansativa de trabalho. Não bastasse o esgotamento físico, há também a inquietação com a preparação e a qualidade das aulas. "Eu me sinto muito angustiada com isso porque tenho plena consciência de que se eu tivesse menos turmas e uma jornada menor meu trabalho renderia muito mais. Eu seria uma professora muito melhor do que eu sou.", admite.

Mas Amanda não se deixa abater. Mesmo com o dia lotado, a professora potiguar encontra tempo para sua atividade de militante. Para ela, não é possível separar a vida de trabalhadora da vida política. "Acho que ser professora ou professor é tentar contribuir para o desenvolvimento do país, da educação. Eu ainda acredito nisso. Ser professor é saber que as transformações que o país precisa não vão acontecer apenas a partir da minha sala de aula. Para mim, ser professora é, acima de tudo, ser uma militante da causa da educação. Ser uma lutadora. Uma pessoa que acredita na luta coletiva. Nada é individual. Acredito numa luta que seja feita por todos". ■

# Privatização do ensino superior: a educação como mercadoria

GLÓRIA TROGO, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Nas últimas décadas, o ensino superior brasileiro passou por uma série de transformações. A agenda neoliberal impôs um modelo de crescimento do ensino pago, precarização do ensino público, financiamento público do ensino pago e financiamento privado do ensino público. A educação é um negócio que fatura 29 bilhões por ano, forma mão de obra qualificada para o mercado e, em alguns poucos centros de excelência, a pesquisa garante a inovação para as grandes empresas.x

## O crescimento do ensino pago

Hoje 90% das instituições de ensino superior no Brasil são privadas, e o setor domina 74% das matrículas. Fernando Henrique Cardoso abriu o caminho para o crescimento do ensino pago, flexibilizando a legislação e incentivando a abertura indiscriminada de cursos. Entre 1991 e 2001, o número de instituições privadas no Brasil cresceu 267%.

Entretanto, esse crescimento começou a enfrentar as crises de inadimplência, que exigiram reformas no sistema. O número de vagas não preenchidas chegou a 49,5% em 2003. Neste contexto, o governo Lula seguiu o modelo de incentivo ao ensino pago com a implementação do Programa Universidade para Todos - Prouni, a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies e a implementação de linhas de crédito do BNDES específicas para o ensino superior.

Todos esses projetos transferem dinheiro público ao sistema privado de ensino, mecanismo que se tornou fundamental para os lucros do setor, conforme reconhecem os próprios empresários: "Reunidos no 13° Fórum Nacional do Ensino Superior Privado, empresários e representantes de mantenedoras defendem a ampliação das políticas de financiamento, como o Prouni e o Fies. Para eles, o aprofundamento deste modelo é fundamental para a garantia de seus lucros, já que nos últimos anos houve uma redução do ritmo de crescimento das matrículas.

Uma das metas do antigo Plano Nacional de Educação (PNE) vetada por FHC era a oferta de 40% das vagas do ensino superior na rede pública. Hoje, dez anos depois da aprovação do plano, vemos que o Brasil segue muito longe disso. Em 2002, esse índice era de 29% e, em 2010, de 25%. Na última década o ensino superior pago cresceu duas vezes mais que o público. Os números deixam claro que o governo Lula seguiu priorizando o ensino privado.

## O ensino à distância

Na última década, uma das grandes mudanças no ensino superior foi sem dúvida o crescimento do ensino à distância. Em 2002, havia 38.712 matrículas à distância no país, somando as redes pública e privada. Em 2009, esse número subiu para 838.125, 21 vezes mais (Dados do Censo da Educação Superior 2010). A criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB foi a principal forma de expansão do ensino superior nos últimos anos.

> Lula seguiu priorizando o ensino privado. Hoje 90% das instituições de ensino superior no Brasil são privadas, e o setor domina 74% das matrículas.

Na rede pública, o ensino à distância engorda os dados da ampliação das vagas com muito pouco gasto para o governo. Na rede privada, é uma fonte de lucros imensa, já que com ele se economiza em tudo: professor, sala de aula, infraestrutura, laboratório, biblioteca, nada disso é necessário. Os números impressionam: entre 2002 e 2009, as matrículas cresceram 100 vezes no ensino à distância pago. (Dados do Censo da Educação Superior 2010). Em 2002, eram 6.392 matrículas à distância no ensino privado. Em 2009, esse número

**SOB MUITAS VAIAS** o ministro da Educação Fernando Haddad é recebido por estudantes na USP (Universidade de São Paulo)

**PROTESTO:** estudantes protestam contra o ENEM

subiu para 665.429. Estamos a favor do uso de tecnologias para aprimorar o ensino e não para torná-lo mais precário.

O novo PNE segue a mesma lógica e expande o ensino à distância para o mestrado e o doutorado. A comparação neste aspecto entre o novo PNE e o antigo revela as diferenças entre ambos. No PNE 2001-2010, o tema do ensino à distância era tratado no marco do uso de tecnologias para a aprendizagem, ressalvando explicitamente que as mesmas não deveriam substituir a relação aluno – professor: *"A televisão, o vídeo, o rádio e o computador constituem importantes instrumentos pedagógicos auxiliares, não devendo substituir, no entanto, as relações de comunicação e interação direta entre educador e educando"* (grifo nosso).

> Lula seguiu priorizando o ensino privado. Hoje 90% das instituições de ensino superior no Brasil são privadas, e o setor domina 74% das matrículas.

O governo substituiu totalmente a interação direta entre educador e educando, formando milhares de professores (e futuramente formará doutores) que nunca entraram numa sala de aula. O novo PNE incorpora e amplia a Universidade Aberta do Brasil.

## O sucateamento do ensino público

As propagandas do governo federal ostentam o crescimento do ensino superior público como um dos grandes feitos do governo Lula. Com a promessa de dobrar as vagas nas universidades federais, o Reuni (Programa de Apoio e Reestruturação das Universidades Federais) foi implementado através de um decreto em 2007.

Entretanto, as universidades cresceram no contexto de um modelo de sucateamento e privatização. Sucateamento porque o decreto do Reuni impõe um projeto de barateamento do ensino superior, com a implementação de metas que conspiram contra a qualidade da educação. São elas:

➡ Aumento da média de alunos por professor. Em 2007, a média nas universidades era de 9,5. A meta do governo é subir para 18, ou seja, quase dobrar. Para implementar isso, o trabalho docente tem que ser precarizado, diminuindo pesquisa e extensão e aumentando o número de alunos por sala de aula.

➡ Aumento do índice de diplomação para 90%. Isso significa que, em média, numa turma de 50 alunos, 45 vão ter que se formar no tempo certo. Este é obviamente um índice acadêmico, não deveria ser definido por decreto. Hoje a média das universidades está bem longe disso (cerca de 60%). Determinar por decreto um índice tão alto como este é um incentivo a medidas de aprovação automática.

➡ Diminuição de 38% do custo aluno – graduação. Esta meta foi publicada em um documento do MEC no início de 2010 (Relatório Plurianual 2008 – 2011).

Essas três metas evidenciam que a pretensão do governo é expandir as vagas do ensino superior público, diminuindo proporcionalmente os gastos. Chamemos as coisas pelo nome: isso é precarização da universidade.

A proposta de cobrar mensalidades nas universidades públicas sempre foi amplamente repudiada pela população. Por isso, o governo Lula seguiu um modelo de privatização por outros meios. As fundações privadas que atuam no interior das universidades é o principal deles. Elas captam recursos das grandes empresas, intermedeiam contratos, usam a mão de obra qualificada de professores, alunos e servidores para produzir pesquisa para grandes grupos econômicos. Na USP, um exemplo salta aos olhos: a Faculdade de Farmácia fechou as linhas de pesquisa em doenças tropicais para se dedicar à pesquisa de cosméticos, com a instalação de laboratórios da Avon e da Natura dentro do campus.

Além disso, as fundações privadas estiveram presentes em vários escândalos de corrupção nas universidades. Como não estão submetidas à legislação pública, através das fundações é possível burlar as licitações, oferecendo um caminho fácil para o superfaturamento de obras e o desvio de verbas públicas. O caso mais famoso foi o da Finatec, em 2008, que acabou com a queda do reitor da UNB. Essa mesma fundação acaba de ser recredenciada pela atual reitoria da universidade.

Através do Decreto das Fundações e da Lei de Inovação Tecnológica, o governo Lula privatizou a produção acadêmica, abrindo espaço para a corrupção e deturpando a função da universidade.

## A imensa maioria da juventude segue fora da universidade

Mesmo com a implementação de todos esses projetos, a grande maioria da juventude segue fora da universidade. A meta do antigo PNE era chegar em 2010 com 30% da juventude na universidade. Hoje, apenas 14% dos jovens têm acesso ao ensino superior. Se considerarmos somente o ensino superior público, esse número cai para menos de 4%. Se continuarmos no ritmo de expansão dos governos petistas, o país vai demorar 59 anos para cumprir essa meta. Ou seja, muitas gerações vão ter que esperar para ter acesso a um direito fundamental.

Além de ser muito insuficiente, o crescimento do ensino superior na última década ocorreu nas vagas mais precárias. O ensino presencial público foi o que menos cresceu, enquanto as vagas no ensino pago e no ensino à distância aumentaram absurdamente.

## Lutar pelos 10% do PIB na educação é resistir a esse modelo

O crescimento do ensino pago e a precarização do ensino público andam de mãos dadas. São parte de um mesmo projeto de educação. Seguindo as orientações do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o governo Lula seguiu com a aplicação das contrarreformas educacionais iniciadas na era FHC.

Não é mera coincidência que os projetos do PT e do PSDB para educação sejam muito parecidos. Lula implementou em todo o país o ensino à distância através da criação da Universidade Aberta do Brasil. Enquanto isso José Serra, no governo de São Paulo, fez o mesmo nas universidades estaduais paulistas, com o projeto da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Na campanha eleitoral, o PSDB fez elogios ao Prouni e prometeu implementar o que chamou de Protec - um Prouni das escolas técnicas. Dilma já lançou o projeto com o nome de Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Milhares de jovens e trabalhadores apoiam esses projetos porque veem neles a única maneira de ter acesso a uma vaga na universidade pública. Nós defendemos o direito de estudar de todos os bolsistas do Prouni, do Fies e do Pronatec. No entanto, não concordamos com esses programas, porque o governo utiliza uma demanda histórica da juventude brasileira, o acesso à universidade, para entregar milhões de reais aos empresários da educação e salvá-los da falência. Esse dinheiro poderia ser investido num projeto de verdadeira expansão da universidade pública.

A análise dos gastos com a educação não deixa dúvidas: o setor está longe de ser prioridade. Os patamares de investimento nunca aumentaram significativamente. No ensino superior, o valor investido não chegou a ultrapassar 1% do PIB. Veja o gráfico abaixo:

Com o investimento de 10% do PIB em educação pública, o ensino superior poderia ter uma fatia muito maior que os ínfimos 1% que são investidos hoje. Assim, seria possível transferir todos os estudantes bolsistas do ensino privado para as melhores universidades do país, com acesso à pesquisa, à extensão universitária e à assistência estudantil. ■

## O PNE como sistematização da contrarreforma do ensino superior

O novo Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei 8050), que está tramitando no Congresso Nacional, é uma sistematização dos projetos implementados pelo governo Lula. Nele estão incorporadas, agora como uma política de Estado, as metas do Reuni, as isenções fiscais do Prouni, a ampliação do Fies, a extensão do ensino à distância, etc. Além disso, o atual PNE propõe o investimento de 7% do PIB em educação em 2020.

Neste sentido, é globalmente diferente do PNE 2001-2010. O antigo plano continha 295 metas progressivas e muitas semelhanças com o PNE da sociedade brasileira, um documento histórico, construído pelos movimentos sociais em 1997.

Por isso, a política de melhorar o PNE através das emendas, trocando 7% por 10%, como alguns setores do PSOL têm proposto, principalmente a APS, é um erro grave. O atual PNE não é um projeto progressivo com algumas contradições. É um projeto que globalmente representa a contrarreforma aplicada nos últimos anos em direção à privatização e ao sucateamento da educação pública.

# O colapso da educação no Brasil

VANESSA PORTUGAL, de Belo Horizonte (BH) e JOÃO ZAFALÃO, de São Paulo (SP)

O sistema educacional brasileiro atravessa uma crise estrutural e crônica. Paradoxalmente, essa crise ocorre em meio a um rico contexto de avanços tecnológicos e novas descobertas científicas (genoma humano, nanotecnologia, desenvolvimento da informática, por exemplo). Mas as políticas neoliberais aplicadas à educação ao longo dos anos 1990 pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Plano Decenal de Educação Para Todos - 1990, e mantidas por Lula e Dilma (PT) retiraram qualquer possibilidade dos filhos dos trabalhadores se apropriarem deste conhecimento.

O colapso da educação pública básica sequer permite os alunos desenvolverem satisfatoriamente o raciocínio aritmético e matemático. A imensa maioria dos alunos da escola pública não domina a leitura e a escrita, e estão muito distantes dos benefícios proporcionados pela informática. Não por acaso, o analfabetismo funcional atinge mais de 30% da população, segundo o PNAD 2009. Quer dizer, a cada três pessoas, uma sabe ler, mas não é capaz de entender o sentido do que lê. Como se não bastasse, nosso país é campeão de analfabetismo na América Latina, com taxa de 9,7%.

As políticas educacionais implementadas pelos governos tucanos e pelo PT foram ditadas pelos grandes órgãos do capital financeiro internacional, FMI e Banco Mundial. O objetivo era claro: transformar a educação em mercadoria.

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001 pelo governo FHC, tinha por objetivo investir 7% do PIB na educação. Mas o compromisso com o capital financeiro falou mais alto e a medida foi vetada pelo governo tucano. Com Lula no governo a situação não foi diferente. O veto foi mantido e o PNE amargou um retumbante fracasso (veja quadro abaixo).

Hoje, se gasta por volta de 5% do PIB com a educação, mas o governo Dilma promete ir a 7% do PIB até 2020. A meta, porém, é irrisória diante da montanha de dinheiro enviada para o pagamento da dívida pública (veja ao lado). E, diante do compromisso de Dilma com o capital financeiro, é muito difícil que essa promessa, mesmo irrisória, seja cumprida.

## Por que chegamos a esta situação?

Ao longo dos anos 1990, toda a política em relação à educação esteve em sintonia com a política de "Estado mínimo" neoliberal. Ou seja, estavam a serviço de desobrigar o Estado em relação à educação, tornando-a cada vez mais privatizada, com a política de criar as "ilhas de excelência". Todas elas reforçaram o caráter excludente, segregacionista e racista do sistema de ensino no Brasil. Podemos resumir, sumariamente, da seguinte forma as diretrizes centrais da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e da Emenda Constitucional n° 14:

**Prioridade no Ensino Fundamental, como responsabilidade dos estados e municípios.** A Educação Infantil é delegada aos municípios. Assim, aplicou-se a municipalização e "escolarização" do ensino, com o Estado repassando adiante sua responsabilidade. Hoje os custos são repassados às prefeituras e às próprias escolas.

**Aceleração da aprovação para desocupar vagas.** O "rápido e barato" é apresentado como critério de eficiência. Também é marcante o aumento de matrículas, utilizadas pelos governos como jogo de marketing. No entanto, apenas são feitas mais inscrições, sem a criação de uma nova estrutura efetiva para novas vagas. O resultado é superlotação de salas.

**Parceria com comunidade e empresa.** A sociedade civil deveria adotar os "órfãos" do Estado (o programa "Amigos da Escola", por exemplo). Se as pessoas não tiverem acesso à escola a culpa é colocada na sociedade que "não se organizou". Assim, o governo fica isento de sua responsabilidade com a educação. Na antiga LDB a educação era tarefa do "Estado e da família". Na nova, houve uma mudança na ordem e a educação se tornou uma tarefa da "família e do Estado".

**Formação menos abrangente e mais profissionalizante.** Assim, divide-se o Ensino Médio entre educação regular e profissionalizante, com a tendência de priorizar este último. Ou seja, a ênfase do ensino é dada na produtividade e eficiência empresarial. Não interessa o conhecimento crítico, mas, sim, a formação desqualificada de 'mão-de-obra', levando ao empobrecimento curricular.

**Descentralização administrativa e financeira.** Ou seja, tudo que se refere à parte financeira (como infra-estrutura, merenda, transporte), passa a ser descentralizada, isto é, mais uma iniciativa que isenta o Estado de responsabilidades. Mas a autonomia é apenas administrativa. Tudo o que se refere ao conteúdo didático continua dirigido e centralizado.

**Avaliação de desempenho e do rendimento escolar.** Sistema de Avaliação do Ensino Superior, Enem, Seab e "Provão" foram alguns dos instrumentos criados para transformar as escolas em "empresas", sob a inspiração do programa de qualidade produtiva, adaptando-a ao mercado. Mas não houve aumento de verbas, apenas alocação dos recursos para "melhores resultados". Avaliação externa na verdade é uma inspeção escolar.

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO** Haddad diz apoiar os 10%, mas tem compromisso com política econômica de Dilma, que privilegia os bancos.

## Enquanto isso, em outros países...

Investimento anual por pessoas em idade educacional:

México
US$ 2.019

Cuba
US$ 3.322

Uruguai
US$ 1.348

Botswana
US$ 2.203

Argentina
US$ 1.578

Brasil
US$ 959

*Fonte: Unesco*

## Por quê o PNE frac

*Veja abaixo quais eram as pri*
*Plano Nacional de Educação*
*durante os governos de FHC*

**Meta: erradicar o analfabetismo até 2010**
Não cumpriu - O programa Brasil Alfabetizado, do Governo Federal, atendeu quase 10 milhões de pessoas nesta década (segundo o PNE, o total deveria ter sido atingido em 2006). Mas, entre 2001 e 2008, a taxa de analfabetismo caiu apena de 13% (16 milhões de pessoas) para 10% (14,5 milhões).

**Meta: universalizar o Ensino Fundamental**
Não cumpriu - Em 2008, 2,4% dos brasileiros de 7 a 14 anos ainda estavam fora da escola, uma queda de 1,1% em relação aos dados de 2001. Apesar do avanço e do percentual baixo, os núme absolutos ainda assustam: são 680 mil crianças sem estudar (450 mil delas negras), a maioria vivendo nas regiões Norte e Nordeste.

**Meta: matricular 30% dos jovens ent 18 e 24 anos na universidade**
Não cumpriu - O número de jovens n ensino superior continua muito baixo 14,4% em 2009, segundo o Ipea. E a última década o ensino superior pag cresceu duas vezes mais que o públi

**DÉCADA PERDIDA**

*Um PNE, três presidentes, um mesmo discurso*

2001

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** foi o primeiro presidente diante do Plano Nacional de Educação (2001-2011). O Congresso votou 7% e ele vetou, em 11/01/2001.

2003

**LULA**, em 8 anos, nunca tocou no veto de FHC. Fora do cargo, disse que defender os 10% do PIB é irresponsabilidade.

2011

**DILMA** assumiu no ano em que se discute o novo PNE. Com seu ministro, Haddad, enviou meta de 7%, até 2020.

# *Para o governo, banqueiros em primeiro lugar*

VERA NEPOMUCENO, do Rio de Janeiro (RJ) e JOSÉ GERALDO, O "GERALDINHO", de São Paulo (SP)

O fracasso do Plano Nacional de Educação se deveu, sobretudo, ao baixo investimento realizado pelos governos FHC e Lula. Hoje se investe entre 4% a 5% do PIB em educação, e Dilma promete ir a 7% do PIB até 2020. No entanto, há motivos de sobra para acreditarmos que isso não passa de mais uma promessa vazia do governo. Assim como os governos de FHC e Lula, a prioridade da presidente Dilma não é com a educação e nem com qualquer outro investimento social, como reforma agrária, saúde, habitação etc. Mas, sim, com o pagamento da dívida pública aos banqueiros.

Para estes senhores são destinados 23,4% do PIB, segundo o próprio Tesouro Nacional. Ou seja, um quarto de toda a riqueza do país vai para o pagamento da dívida, e mesmo que o governo invista agora os 10% do PIB na educação, estará bem abaixo do que ele já destina aos banqueiros.

> A dívida pública vai consumir 47,9% do orçamento em 2012. Ou seja, as 19 metas do novo PNE não passam de hipocrisia, pois a dívida é a prioridade governamental.

Além disso, o governo vai gastar apenas 2,92% do orçamento com a educação em 2011. Já a dívida pública vai ficar com quase a metade do orçamento, 49,15% segundo a Auditoria Cidadã da Dívida. Traduzido em dinheiro, R$ 954 bilhões foram para os banqueiros e R$ 56 bilhões foram para a educação.

Por isso, o investimento anual por pessoas em idade educacional mostra que o Brasil investe muito pouco em educação. Menor do que o investido em Botswana, um pobre país africano onde a expectativa de vida é de 50 anos. Nesse país se investe US$ 2.203 por pessoas em idade educacional. No Brasil, o investimento é de US$ 959 (veja quadro).

O ajuste fiscal do governo Dilma condiciona toda a proposta do novo PNE. A prioridade do governo é manter intacta a política de ajuste fiscal. Metade do orçamento é destinado para pagar a dívida pública. O lucro das estatais que todo ano é direcionado ao pagamento da dívida é de R$ 32 bilhões ao ano.

Ou seja, todas as 19 metas anunciadas do novo PNE não passam de pura hipocrisia, pois o pagamento da dívida é a grande prioridade governamental, que conta com apoio da mídia e dos empresários e banqueiros.

Por isso, é hora de colocar nas ruas a campanha dos 10% do PIB, já, para a educação. Participe da campanha! (veja página 20).

## ...assou?

*...ncipais metas do primeiro ...e os resultados obtidos ...e de Lula.*

**Meta: assegurar a EJA (Educação de Jovens e Adultos) para 50% da população que não cursou o ensino regular**
Não cumpriu - Entre 2001 e 2007, 10,9 milhões de pessoas fizeram parte de turmas do EJA. Mas esse número representa apenas um terço dos mais de 29 milhões de pessoas que não chegaram à 4ª série e seriam o público-alvo dessa faixa de ensino. A inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) representou uma fonte de recursos para ampliar a oferta, mas não atacou a evasão, hoje em alarmantes 43%.

**Meta: atender 50% das crianças de até 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.**
Não cumpriu - O grande problema é a ampliação das creches. Hoje apenas 17,1% das crianças são atendidas nelas, segundo o Unicef.

**Meta: reduzir em 50% a repetência e a evasão escolar**
Não cumpriu - A repetência aumentou de 11 para 12,1% no mesmo período e a evasão escolar aumentou entre 2006 e 2008, o índice passou de 10% para 13,2%.

Gustavo Sixel

minha casa
gato
todo dia, eu vou para a escola...
e a minha mãe e o meu pai vão trabalhar...
com pais e mães de outras crianças, eles fazem um monte de coisas lá
meu pai que fez esse prédio
aula 1: para onde vai o dinheiro
só 5% do pib volta para a educação, é por isso que minha escola continua ruim.
monstro
juros
o dinheiro não chega lá. 23,4% vai para os bancos, pagar juros das dívidas
mas com tanto dinheiro, como falta tudo na minha escola?
em 2010 o pib do brasil foi igual a r$ 3,67 trilhões
pibão
tudo isso, que é produzido no país em um ano, é chamado de produto interno bruto (como é grande, apelidaram de pib...)

Arte sobre desenhos de crianças de 6 a 8 anos. Dados: IBGE / INEP

# 2011: o ano em que os

Da redação

Para muitos trabalhadores em educação, o ano de 2011 está longe de terminar. Passeatas, ocupações e greve marcaram a vida de milhares de professores país afora.

Foram greves e mobilizações imensas em quase todos estados e municípios importantes. Lutavam e continuam lutando contra os salários de fome, jornadas extenuantes, desrespeito ao piso nacional, destruição do plano de carreira, salas superlotadas, escolas destruídas.

Confira as principais greves da categoria que ocorreram no país. ■

## Pará

 *Em greve*

26/09 até agora

Os docentes cobram do governo do Estado o pagamento do piso nacional da categoria (R$ 1.187). Os técnicos, melhorias na estrutura das escolas e implantação do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR).

## Tocantins

 *7 dias de greve*

09/03 a 16/03

Depois uma semana de greve, a categoria conquistou o parcelamento do reajuste em três vezes, sendo 14,6% para abril, 2% para maio e 1,84% para junho.

## Amapá

*34 dias de greve*

17/05 a 21/06

Com gritos entusiásticos de "greve, greve, greve", os trabalhadores em educação do Amapá entraram em greve no dia 17 de maio, contra a retirada de direitos, em defesa da aplicação do Piso Nacional Salarial. O mais extraordinário é que a greve foi dirigida pela base da categoria, uma vez que os principais dirigentes do sindicato foram afastados por suspeitas de corrupção. Ao final, a luta arrancou o reajuste de 19,5% e fortaleceu a CSP-Conlutas, que deu todo seu apoio à categoria. Isso se expressou na vitória da chapa apoiada pela coordenação nas eleições para Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Estado do Amapá (SINSEPEAP), realizadas no dia 29 de julho.

**AMAPÁ** Greve culminou com vitória de chapa ligada à CSP-Conlutas.

## Rio Grande do Sul

 *Indicativo de greve*

O Conselho Geral do CPERS (sindicato da categoria) já aprovou a construção da greve pela implementação do piso salarial. A decisão final sobre a greve será tomada em assembleia geral marcada para o dia 18 de novembro, no Gigantinho, na capital gaúcha.

**RIO** Luta da Educação se somou à luta dos bombeiros.

## Rio de Janeiro

 *66 dias de greve*

07/07 a 12/08

No dia 7 de junho, professores e funcionários da rede estadual de educação do Rio de Janeiro deram inicio a uma greve que duraria 66 dias. Indignados com os baixos salários, os profissionais da educação cruzaram os braços, se somando à heróica revolta dos bombeiros que comovia todo o estado na época.

A greve ganhou força e a categoria chegou a acampar em frente a Secretaria de Educação. Um dos momentos mais importantes da greve aconteceu no dia 29 de junho, data em que seria aplicado o Saerj (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), uma imposição do governo do estado para "avaliar" os alunos. Mas a prova do Saerj foi amplamente boicotada, por alunos e professores.

Ao final, o governador Sergio Cabral (PMDB) foi obrigado a atender muitas das reivindicações dos trabalhadores. Os funcionários passam a ter direito a um Plano de Carreira, por formação e por tempo de serviço, e os professores arrancaram um reajuste salarial.

 *youtu.be/7JW2aN-AK3Y*

**SANTA CATARINA** realizou a maior assembleia da história do magistério no estado.

## Santa Catarina

 *62 dias de greve*

18/05 a 18/07

A greve foi deflagrada para enfrentar a intransigência do governador Raimundo Colombo (PSD), que chegou a comparar as reivindicações da categoria a uma "extorsão". Mais uma vez, um dos pontos da pauta foi o Piso Nacional. No dia 9 de junho a categoria realizou a maior assembleia da história do magistério em Santa Catarina. Mais de 15 mil pessoas lotaram a Passarela do Samba Nego Quirido, em Florianópolis.

**MINAS** Suspensão das demissões

# professores foram à luta

## Piauí

18 dias de greve

14/02 a 03/03

Apesar de ter sido uma das mais curtas, a greve arrancou uma importante conquista, com o aumento de 15%, o piso dos professores para 40 horas semanais no estado passará de R$ 1.024,67 para R$ 1.187,97, o mesmo estabelecido pelo governo federal.

## Paraíba

32 dias de greve

30/04 a 03/06

A greve realizou ações radicalizadas, como, por exemplo, a ocupação do Palácio do Governo. Também obrigou a fazer com que o governo pagasse o Piso Nacional no vencimento. No entanto, a "justiça" mostrou que estava ao lado dos poderosos, decretando a suposta ilegalidade do movimento.

## Ceará

63 dias de greve

05/08 a 06/10

Na maior mobilização dos últimos anos, os professores enfrentaram toda a truculência do governador Cid Gomes (PSB). Além de enfrentarem ameaças e ironias do governador, os professores apanharam da Tropa de Choque em um protesto realizado no dia 29 de setembro, em Fortaleza.

youtu.be/jaH1Evu1uIU

**MARANHÃO** Adesivo pede respeito à greve.

## Maranhão

78 dias de greve

01/03 a 17/05

A greve, iniciada no dia no dia 1º de março de 2011, se enfrentou duramente com o governo de Roseana Sarney. Mais uma vez, o governo teimava em não aplicar o Piso Nacional. Uma das iniciativas mais marcantes da greve foi a marcha "Fora Honoráveis Bandidos", organizada pela CSP-Conlutas, sindicatos filiados e diversos movimentos sociais e estudantis. Além disso, centenas de professores ficaram acampados em frente à Secretária de Educação do Estado.

**CEARÁ** Faixas chamam governador de "Ciditador".

## Rio Grande do Norte

80 dias de greve

28/04 a 20/07

Os educadores do Rio Grande do Norte realizaram a maior paralisação da categoria, desde 1984, e enfrentaram duros ataques do governo. A governadora Rosalba dizia que não tinha dinheiro para a Educação. Mas isso não era verdade, pois o estado recebeu R$ 327 bilhões do Fundeb, nos primeiros seis meses de 2011. Durante uma audiência pública na Assembleia Legislativa, a professora Amanda Gurgel silenciou deputados em um depoimento revelador sobre a situação da educação no país. O depoimento é visto por milhões na internet. "Certamente este salário não paga nem a indumentária dos senhores aqui", disse a professora.

Apesar da força da greve, o sindicato da categoria (Sinte) sabotou a greve até o fim. Além disso, o governo do estado contou com a "justiça", que determinou o final da greve.

youtu.be/pANGUaGYmJ4
youtu.be/yFkt0O7lceA

## Espírito Santo

50 dias de greve

14/03 a 05/05

A greve no estado avançou em datas diferentes em vários municípios. Destacam-se as greves dos professores das Redes Municipais de Serra, Vitória e Guarapari. Em Vitória a greve, iniciada no dia 14 de março. Terminou no dia 05/05.

## Minas Gerais

112 dias de greve

08/06 a 27/09

A mais longa greve realizada pelos trabalhadores em educação conseguiu obrigar o governo Anastasia (PSDB) a aplicar o Piso Nacional de forma escalonada, entre 2012 a 2015. Os grevistas também obrigaram o governo a suspender as demissões e conquistaram a anistia dos grevistas.

Mas a luta não foi fácil. O governo Dilma se recusou também a intervir em Minas Gerais, para obrigar o governador Antonio Anastasia a cumprir o piso. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, fez declarações de apoio ao governo do estado na contratação de substitutos aos grevistas.

e anistia conquistadas.

### E nos municípios...

O ano também foi marcado por outras inúmeras greves dos trabalhadores em educação nos municípios. Entre eles destacam-se a greve dos professores de Vitória da conquista (BA), Niterói (RJ), Belo Horizonte (MG) e Duque de Caxias (RJ). Além disso, vale destacar as greves realizadas nas universidades estaduais, como na Bahia, e nas escolas federais, como a dos Institutos Federais, técnicos administrativos da universidade federais e dos trabalhadores organizados pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEF).

# Educação e mobilidade social

*Uma velha promessa das elites*

VALÉRIO ARCARY*, de São Paulo (SP)

Uma das premissas do liberalismo foi a igualdade jurídica dos cidadãos. A lei seria igual para todos. Direitos e deveres iguais, ainda que em uma sociedade de desiguais, seria a utopia possível. A promessa dos governos que se sucederam no poder, no Brasil, depois do fim do regime militar foi, contudo, mais audaciosa: afirmaram durante as últimas décadas de regime democrático-liberal que a educação seria uma via de afirmação de maior justiça social: *"estudem e trabalhem duro, e terão um futuro superior ao dos vossos pais"*.

Os defensores de um capitalismo mais ou menos regulado, fossem liberais ou reformistas, com inspiração na experiência norte-americana ou europeia, presumiam que a escola poderia mudar o Brasil diminuindo as desigualdades sociais. Defendiam que através da meritocracia, portanto, da igualdade de oportunidades, a equidade, existiria a possibilidade de melhorar de vida.

Toda a promessa da meritocracia consistia na premissa de uma justiça universal. Expliquemo-nos: sendo as oportunidades de educação e trabalho muito menores que as necessidades, seria justo regular a seleção dos mais capazes, mais tenazes, mais inteligentes, através de obstáculos ou de barreiras que deveriam ser universais. A equidade era o único horizonte possível, porque presumiam que a igualdade social seria uma utopia. Educação e trabalho para todos garantiriam, esperava-se, uma maior coesão social à democracia no Brasil, na periferia do capitalismo. A democracia liberal afiançaria, gradualmente, prosperidade. Seria uma questão de paciência. Os mais esforçados teriam uma melhor educação, conseguiriam melhores empregos e a mobilidade social premiaria o talento e a perseverança.

Outra forma de ilusão gradualista nas perspectivas de justiça social nos limites do capitalismo foi a esperança de que uma população mais educada mudaria, gradualmente, a realidade política do país. Se fosse assim, a Argentina ou a Coréia do Sul, dois exemplos de sociedades que conquistaram - a primeira no passado, a segunda mais recentemente - índices elevados de escolaridade, não seriam infernos de desigualdade social para os trabalhadores. Todas as promessas de que a educação seria o instrumento meritocrático que permitiria que, nos países de inserção periférica, cada um tivesse a sua justa função na sociedade, desmoronaram com a crise da globalização e dos ajustes neoliberais do final dos anos noventa.

**EM SALA** Professor e aluno acreditam cada vez menos na transformação de suas vidas pela educação.

## Fora das prioridades

Mas, apesar do discurso meritocrático, a educação esteve longe de ser a política social mais importante do último período histórico. Em São Paulo, o mais rico estado, construíram-se muito mais prisões do que universidades. Liberais e reformistas, quando no governo, insistiram que a diminuição da desigualdade não passava por retirar dos mais ricos para os mais pobres, mas elevando o padrão de vida dos trabalhadores, sem prejudicar os capitalistas, que não poderiam ser contrariados para favorecer a disposição de investimento.

No entanto, todos os levantamentos estatísticos disponíveis a partir do censo do IBGE de 2000 e dos PNAD's (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) dos anos seguintes informam que, apesar de melhoras quantitativas modestas dos índices educacionais, a situação da educação pública é pouco animadora, e a situação social permanece crítica.

A expansão da rede pública foi significativa nos anos sessenta, setenta e oitenta, mas não diminuiu a desigualdade social. Ao contrário, a desigualdade aumentou entre os anos sessenta e os anos noventa, mesmo quando o PIB brasileiro duplicava no intervalo de uma década, como entre os anos trinta e setenta. O aumento da escolaridade média aconteceu muito tarde em relação à velocidade da industrialização, e foi muito lento. O custo da universalização da educação revelou-se muito alto. O capitalismo brasileiro foi incapaz de garantir um financiamento do Estado suficiente para o custeio da escola obrigatória de qualidade universal.

Depois, a partir dos anos noventa, vieram as políticas sociais focadas – primeiro em um governo do PSDB em Campinas, depois no de Cristóvão Buarque, eleito pelo PT em Brasília e, finalmente com o de FHC - que os governos Lula e Dilma preservaram e aumentaram em escala. No intervalo que vai de 1980 a 2008, o PIB brasileiro duplicou, se consideramos a paridade do poder de compra com um vetor de ajuste, mas a população também quase dobrou, ou seja, a renda per capita permaneceu estagnada. Considerando estes números frios na longa duração, o Brasil nem avançou, nem recuou: transformou-se em uma sociedade de capitalismo de baixo crescimento.

## Mobilidade congelada

A mobilidade social, ou seja, a esperança de ascensão social de uma geração para outra permanece muito pequena. Os estudos destes últimos anos que descobrem um Brasil de maioria de "classe média" (porque um pouco mais de 50% da população teria renda mensal familiar igual ou superior a R$1.200,00, ou seja, adquiriram a capacidade de se endividar para comprar alguns bens duráveis com a expansão do crédito consignado) são insuficientes para justificar otimismo. A desigualdade social brasileira continua entre as mais elevadas do mundo.

Mais de vinte anos de democracia e de alternância no poder municipal, estadual e nacional entre a centro-direita e a centro-esquerda, que tiveram oportunidade de aplicar as mais variadas políticas econômicas e os mais diferentes projetos educacionais, não trouxeram maior mobilidade social. Segundo os dados do IBGE, os 10% mais ricos da população ainda são donos de 46% do total da renda nacional. Já os 50% mais pobres ficam com apenas 13,3%.

O resumo da ópera é que Brasil entrou em decadência, e a escola pública se perverteu como instrumento da ascensão social. Seria ingênuo imaginar que esta degradação da promessa de equidade meritocrática pela educação não teria consequências nas escolas: desmotivação dos alunos e desmoralização dos professores.

O lugar da escola hoje é um encontro de sociabilidade, mas não é um encontro mais com o tesouro científico e o repertório cultural que a humanidade construiu. Os professores se sentem tristes, sendo a última linha de defesa da escola pública. Nós sentimos essa angústia, que é reconhecer que a escola agoniza. Nós somos, contudo, os guardiões de uma promessa: que através da arte, da cultura, da ciência que as gerações anteriores nos legaram, poderemos construir um mundo melhor. ■

* Professor do IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), e doutor em História pela USP

# Das telas para a lousa: cinema e educação

WILSON H. DA SILVA, da redação

Apesar de, potencialmente, serem excelentes aliados no processo de ensino-aprendizagem, filmes e documentários são geralmente muitíssimo mal empregados em sala de aula. Para isso contribuem inúmeros fatores, que vão desde a falta da necessária formação dos professores (fornecida pelo Estado) para trabalhar com este tipo de material, até a falta de estrutura nas escolas e a dificuldade de acesso, principalmente nas regiões mais periféricas.

Independentemente disto, e até mesmo em função da crescente crise na educação mundo afora, muitos diretores têm voltado suas câmeras para o interior das escolas e produzido obras que, no mínimo, nos permitem abrir um debate e provocar reflexões entre os alunos.

## Filmes são "documentos"

Um dos maiores problemas no uso de filmes na sala de aula é que geralmente os professores menosprezam o fato de que, como todo produto da criatividade e do conhecimento humanos, os filmes são carregados de ideologia (na maioria das vezes sintonizada com a da classe dominante).

Professores de história, por exemplo, costumam utilizar este tipo de material apenas como "ilustração" de períodos ou eventos; enquanto os de literatura apresentam versões cinematográficas como alternativas à leitura de livros. Nada mais equivocado.

Acima de tudo, filmes (ficcionais ou documentários) são "documentos" da época em que são feitos e, como tal, devem ser tratados como "textos", que compõem "discursos", que precisam ser decodificados, interpretados e analisados em oposição a outros documentos do mesmo período.

Em outras palavras, a única coisa que não pode ser feita é tomar o filme como uma "aula pronta". O ideal é inseri-lo como parte de um debate, como um elemento a mais para a reflexão. E, neste sentido, os filmes abaixo são excelentes pontos de partida.

**"Entre os muros da escola"** - Esta produção francesa, que ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 2008, é certamente a que possibilita uma das melhores reflexões sobre os descaminhos da educação no mundo neoliberal. A narrativa acompanha as desventuras de um professor numa escola pública francesa que serve como palco para as muitas contradições da sociedade neoliberal que ecoam pelos corredores e salas de aula: a contraposição entre "multiculturalismo" e a hipervalorização da individualidade; a discriminação dos setores historicamente marginalizados (negros, imigrantes etc); a construção da sala de aula como "espaço social idealizado" (gênero imortalizado em filmes como "Ao mestre com carinho", dirigido por James Clavell, em 1967) em contraposição à degeneração social que a cerca ou, ainda, a sempre conflituosa relação professor-aluno. O filme arranca boa parte de sua comovente força e perspectiva extremamente questionadora do fato de que foi realizado num processo de oficinas, a partir de experiências reais.

> Filmes são "documentos" da época em que são feitos. Precisam ser interpretados.

**"A onda"** - Há duas versões do filme, ambas baseadas numa história ocorrida na Califórnia, em 1967: uma para a TV alemã, dirigida por Denis Gansel, e outra para canais norte-americanos, produzida por Alexander Grasshoff, em 1981. O filme propicia um interessantíssimo debate sobre educação e autoritarismo através da história de Rainer Wegner, um professor que, para discutir o fascismo, propõe um experimento no qual ele próprio assume a liderança de um "movimento" denominado "A onda", cujo principal lema é "força pela disciplina". Em pouco tempo, a experiência sai de controle e os alunos começam a propagar o poder da unidade e ameaçar os outros. Quando o jogo fica sério, Wegner decide interrompê-lo. Mas é tarde demais, e "A Onda" já saiu de seu controle. O filme é baseado em uma história real ocorrida na Califórnia em 1967.

São raros os filmes que conseguem retratar as contradições entre o universo escolar e o "mundo real" a partir do olhar das próprias crianças. Este, com certeza, é o principal diferencial de **"A culpa é do Fidel"** (França, 2008), filme de estreia de Julie Gravas, filha de Costa Gravas, diretor de filmes como "Z" e "Estado de Sítio". No filme, Anna, uma garota de nove anos, vê seu mundo sacudido pelos embates permanentes entre a visão de mundo passada pela família "liberal" de classe média, o tradicional colégio católico onde estuda e o mundo que a cerca, "traduzido" muitas vezes pela empregada da casa, autora da frase que dá título ao filme.

Na mesma linha do "olhar infantil", também vale revisitar **"A Guerra dos Botões"**, dirigido por Yves Robert, em 1962 (há também uma fraca versão norte-americana, de John Roberts, 1994). Rodado em meio à Guerra Fria, o filme é uma metáfora sobre os muitos conflitos da época, construída a partir da história de duas turmas escolares que transformam o confisco de botões e cintos na principal tática de guerra.

Dos filmes nacionais, **"Pro dia nascer feliz"**, de João Jardim, é referência obrigatória. Rodado em seis escolas (Rio, São Paulo e Pernambuco), o filme traça um contundente retrato sobre as desigualdades sociais e como elas se refletem na educação. Apesar de suas contradições, o filme permite vislumbrar o gigantesco abismo existente, por exemplo, entre uma escola da cidade de Manari (PE) que, na época, possuía o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, o ultraelitizado Colégio Santa Cruz de São Paulo e qualquer outra escola pública do país.

## Quando a rebelião invade as salas

Não poderíamos finalizar este artigo sem citar alguns "clássicos" que retratam o ambiente escolar ou a própria educação numa perspectiva mais "radical" ou "revolucionária". Neste sentido, uma referência fundamental é **"If..."** (Se...), dirigido pelo inglês Lindsay Anderson em meio aos ventos rebeldes e revolucionários do Maio de 68. Subvertendo completamente a típica narrativa baseada na difícil convivência da diversidade nas elitizadas escolas britânicas (que tem em "A sociedade dos poetas mortos" um dos seus exemplos mais famosos), o filme apresenta um grupo de jovens que, por diversas razões – ideológicas, sexuais, sociais etc. –, se rebelam contra o sistema opressivo de sua escola.

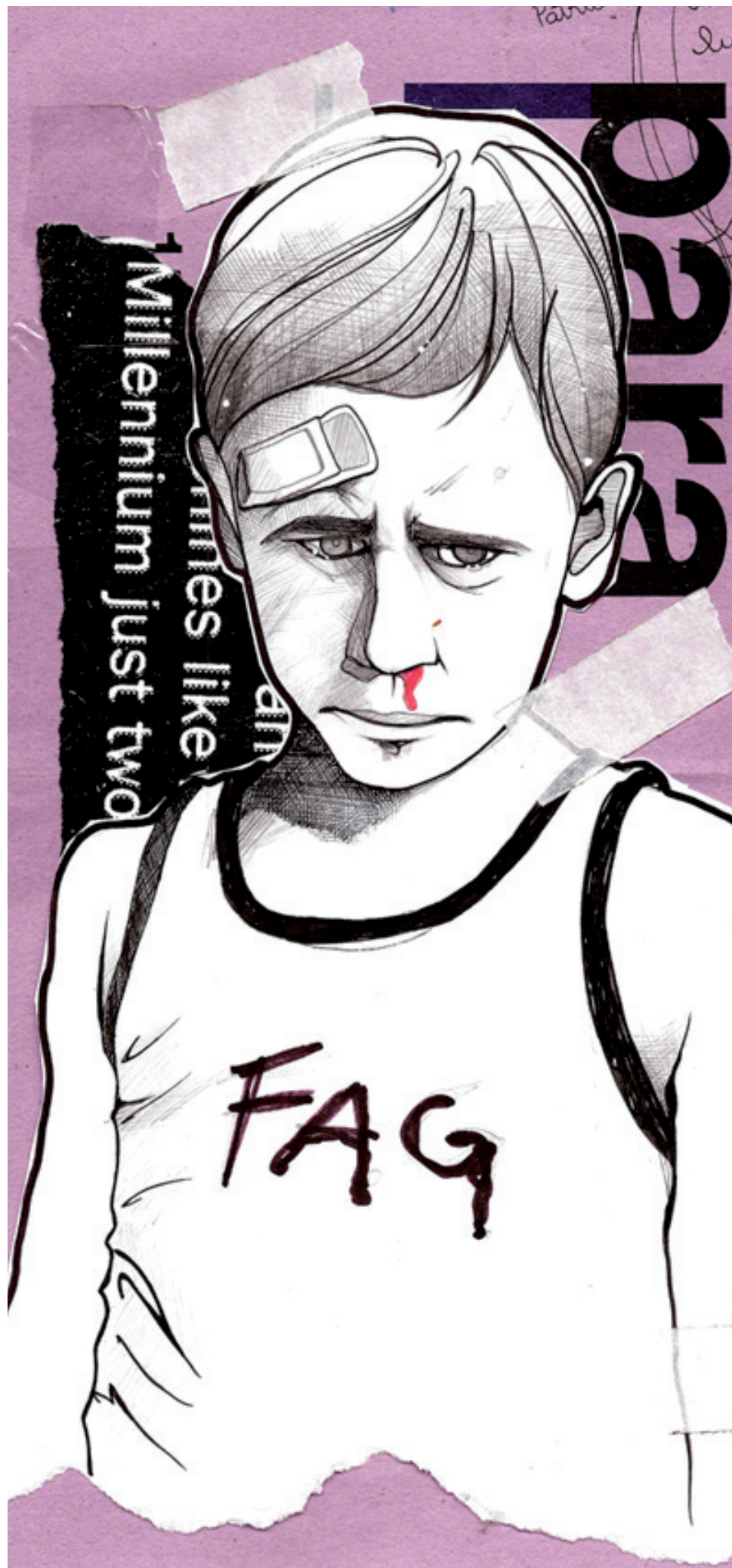
Do mesmo período é **"Fahrenheit 451"** (François Truffaut, França, 1966), uma das melhores metáforas sobre os efeitos de qualquer sociedade autoritária sobre o conhecimento humano.

O filme é situado em um futuro hipotético no qual os livros são proibidos, sob o argumento de que eles fazem as pessoas infelizes e improdutivas. Se uma casa tem muitos livros e um vizinho denuncia, os "bombeiros" são chamados para incendiá-la. Daí o título: "fahrenheit 451" é a temperatura necessária para incinerar o papel. O conflito se estabelece quando um destes "bombeiros" se apaixona pela leitura e descobre que existem outros como ele.

Como todos nós sabemos que, para construirmos a educação queremos, ainda teremos que remover muitos obstáculos e, principalmente, reconstruir uma educação que realmente atenda aos interesses da maioria, é sempre bom rever **"The Wall"**, a lisérgica fantasia que Alan Parker dirigiu, em 1982, com o grupo Pink Floyd. ■

*Assédio, bullying, discriminação...*

# Os muitos nomes da opressão no ambiente escolar

WILSON H. DA SILVA, da Redação

Seus nomes são Neusa, Iago, Helder ou simplesmente as conhecemos por iniciais, como P., D. ou A.. De idades e origem distintas, todos eles, no entanto, tiveram uma coisa em comum: foram vítimas de opressão no interior das escolas ou, pior, em função dela, hoje, já não frequentam mais o ambiente escolar.

Iago, lamentavelmente, é o exemplo mais trágico. Em maio de 2009, o jovem pôs fim à própria vida, aos 14 anos, por não agüentar mais ser surrado, humilhado e ofendido na escola e no bairro que morava, na periferia de São Paulo.

Helder, de 25 anos, teve sua vida radicalmente modificada ao ser obrigado a abandonar o curso que fazia na Unipampa, no Rio Grande do Sul, e a cidade onde morava (Jaguarão), depois de uma série de ataques racistas e, pior, da ameaça de morte, por parte dos policiais da cidade.

Neusa, professora Escola Municipal Benedito Calixto, em São Paulo, encarou dois anos de luta e processos até conseguir uma punição (bastante branda, leia abaixo) para a diretora de sua escola, Francisca Silvana Teixeira, que, em 2009, usou a seguinte frase para chamá-la em sua sala: *"vem aqui assinar o documento, sua macaca"*.

P., D. e A. podem ser as iniciais de qualquer uma das jovens mulheres que, nos últimos dois anos, foram agredidas e estupradas no interior de campus universitários tão distintos como os da USP, da Unicamp ou da Federal do Acre.

## Muitos nomes, uma mesma realidade

Muitos são os "nomes" dados as situações mencionadas. Alguns falam em insulto, intimidação, humilhação, violência psicológica ou física. Outros, seguindo uma tendência internacional, falam em "bullying" – um termo derivado de "bully" (valentão, em inglês), que tem sido usado para designar agressões ou intimidações, principalmente no interior das escolas.

O fato é que todas as situações mencionadas são expressões de uma velha e nefasta conhecida de mulheres, negros e da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis): a opressão. Ou seja, são exemplos de mecanismos de marginalização, exclusão e discriminação que se voltam, invariavelmente, contra pessoas que não se enquadram no setor social que, há séculos, detém o poder econômico e político na sociedade capitalista: homens, brancos, heterossexuais.

Mecanismos e práticas que, segundo uma pesquisa divulgada, em outubro de 2008, pela ONG Internacional Plan, estão infestando as escolas. Nada menos do que 70% dos 12 mil estudantes pesquisados, em seis estados, afirmaram terem sido vítimas algum tipo de violência escolar, a maioria delas relacionadas ao fato de serem vistos como "diferentes".

## Com opressão, não há educação viável

Não foi o capitalismo que "inventou" a opressão, mas foi com o surgimento da propriedade privada e sua apropriação por um punhado de "senhores", que práticas e discursos que visam diminuir, desqualificar, excluir ou, no limite, eliminar os "diferentes" se tornaram formas bastante eficientes para "justificar" a superexploração destes setores.

Como nos dizia um professor de Guarulhos: *"As opressões, o machismo, o racismo e a homofobia, são pilares de sustentação do capitalismo, pois, servem, exclusivamente, como instrumentos eficazes para dividir a classe trabalhadora e nos enfraquecer na luta contra a exploração"*.

E é exatamente neste sentido, que a escola foi transformada em espaço para a opressão: *"A sociedade necessita 'educar' as pessoas para aceitar pacificamente sua condição de explorado. E para tal, as ideologias criadas e transmitidas pelos meios de comunicação, pela Igreja e também pela escola são fundamentais; uma realidade particularmente terrível no ambiente escolar, uma vez que este, ao ser controlado e ter seu funcionamento e produção voltados para os interesses da classe dominante, está impregnado, nos mais diferentes níveis, pela ideologia discriminatória dominante"*.

Exemplos desta cruel realidade não faltam e seus efeitos sobre a vida escolar, particularmente dos alunos, são dos mais diversos, como destacou Salomão Ximenes, coordenador do programa "Ação na Justiça", na Folha de S. Paulo:

Lembrando que "a alta evasão é a mais evidente representação do caráter seletivo e excludente de nosso sistema educacional", Ximenes destacou que, "longe de indicar problemas individuais dos estudantes e das famílias", estes números revelam o descompasso entre "o sistema educacional e o direito humano à educação, entendido como aprender em condições de igualdade e com dignidade", coisas que não são garantidas não só devido a superlotação das salas, a precarização das condições de trabalho, a falta de verbas, mas, também, pela "falta de estratégias de combate à violência, ao preconceito, ao racismo e à homofobia".

## Racismo: saber distorcido, desempenho afetado

No caso de negros e negras, muitos sequer chegam a ingressar no sistema. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), em 2009, das 530 mil crianças e adolescentes de 7 a 14 anos que estavam fora da escola, 330 mil eram negras e 190 mil são brancas.

Além disso, também é entre os negros que encontramos os maiores índices de reprovação e de evasão. E, enquanto o analfabetismo, em termos nacionais, chega aos 10%, na população negra o índice chega até 40%. Já nas universidades, a situação beira a catástrofe, fazendo com que esta parcela, que corresponde a mais de metade da população, não corresponda a sequer 3% dos estudantes universitários.

Já no interior das escolas, o racismo também é uma constante. Por exemplo, uma pesquisa realizada com cerca de 10 mil alunos de escolas públicas do Distrito Federal, no primeiro semestre de 2010, pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (Ritla), revelou que mais da metade (55,7%) dos alunos admite ter visto situações de discriminação racial no colégio.

Caso cumprisse minimamente seu papel, a escola deveria ser um local privilegiado para discutir práticas e mecanismos para reverter esta situação. Contudo, o que ocorre é exatamente oposto. Da mesma forma que são "expulsos" das escolas, negros e negras há muito sabem que sua história e cultura foram jogadas para as margens e notas de rodapé dos livros didáticos e matérias acadêmicos.

Foi com o objetivo de reverter esta situação que, por décadas, o movimento negro lutou pela inclusão de temas como história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. E, como se sabe, esta foi a primeiríssima lei sancionada, em janeiro de 2003, pelo recém empossado presidente Lula.

Contudo, assim como todas as demais "promessas" feitas pelo Lulismo no campo social, e particularmente na Educação, esta medida também caiu no vazio criado pela falta de investimentos (para formação de professores e criação de cursos, por exemplo) e, também, de "vontade política" por parte de governos cada vez mais comprometidos com os interesses da velha elite racista deste país.

O movimento conquistou as cotas, uma reivindicação histórica, que têm sido implementadas de forma ultra tímida.

## Educação, substantivo feminino?

Nas séries iniciais, do Ensino Fundamental, as mulheres formam uma maioria, de cerca de 90%. Na medida em que os anos avançam, o número de mulheres vai caindo gradativamente, chegando a uma inversão no Ensino Superior, onde os homens são majoritários.

Há muito as escolas deixaram de ser um "ambiente seguro" para as mulheres. Os sucessivos casos de estupro, no interior de escolas e universidades, são apenas a ponta mais mal-cheirosa de um "iceberg" formado pelas formas mais asquerosas de assédio e violência sexual e psicológica.

No cotidiano da escola, a situação relatada por várias companheiras beira a barbárie. "Educadores" deformados pela ideologia dominante fazem piadas em sala e não se avexam em assediar alunas; diretores tratam mulheres como suas "serviçais", "autoridades" as achincalham publicamente. E, geralmente, denúncias são abafadas ou caem no mais completo vazio.

Enquanto isto, da mesma forma que atua em relação a todo o resto, o governo faz propaganda de seu compromisso com o combate ao machismo, tendo como principal bandeira, neste caso, a Lei Maria da Penha que prevê, por exemplo, a adoção de disciplinas escolares sobre gênero e direitos humanos nas escolas de ensino fundamental. Algo que, como todos sabem, sequer saiu do campo das intenções.

> A sociedade necessita "educar" as pessoas para que aceitem pacificamente sua condição de explorado. E, para tal, as ideologias criadas e transmitidas pela escola são fundamentais.

## Homofobia deseduca e mata

O caso de Iago, citado no início desta matéria, está longe de ser algo isolado ou restrito ao Brasil. Em setembro de 2004, Jokin Zeberio, um espanhol, exatamente com a mesma idade do brasileiro, se atirou com sua bicicleta em um penhasco deixando para traz uma carta onde se lia: "Livre, livre. Meus olhos seguirão ainda que meus pés parem".

Assim como inúmeras outras, as trágicas histórias destes jovens homossexuais começaram no interior das escolas. Todos eles denunciaram as piadas e xingamentos, procuraram proteção contra as agressões físicas e psicológicas e, invariavelmente, entraram em depressão em função do inferno em que suas jovens vidas foram transformadas.

Um "inferno" que, infelizmente, faz parte do cotidiano de milhões de jovens, país afora. Uma pesquisa revelou que 28% dos brasileiros admitem ter preconceito contra homossexuais; 58% consideram a homossexualidade um pecado contra as leis de Deus e que 29% a apontam como uma doença a ser tratada.

Particularmente no que se refere ao ambiente escolar, a situação é ainda pior. Entre os garotos, na faixa entre 16 e 17 anos (ou seja, no ensino médio), encontra-se um dos maiores índices do que admitem ter preconceito contra gays, lésbicas, travestis: nada menos do que 47% dos entrevistados.

E, também neste caso, a escola está longe de ser o local onde esta situação possa ser discutida e revertida. Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo também revelou que a maioria (59,5%) dos professores entrevistados admitiu não ter informação suficiente para lidar com a questão da homossexualidade, o que faz com que prefiram "não tratar da questão em sala".

O resultado, também, não poderia ser outro. A recente onda de ataques homofóbicos, muitos deles feitos por jovens estudantes de classe média, trouxe a público algo há muito conhecido por LGBT's no interior da escola. Entrevistas realizadas, pela Perseu Abramo, com 413 homossexuais ou bissexuais (com mais de 18 anos e também em todas as regiões brasileiras), revelaram a escola como um dos locais onde eles mais sofreram discriminação: 27% deles sofreram preconceito no ambiente escolar e, para 13% destes, a primeira discriminação ocorrida por causa de orientação sexual também ocorreu na escola.

O "Kit Anti-Homofobia" que, apesar de seus muitos problemas, poderia ser um instrumento para abrir este debate no interior das escolas, foi vetado por Dilma numa negociata com os setores mais conservadores do congresso, com a "bancada cristã" à frente, para salvar um corrupto (Pallocci) e aprovar projetos que significam mais cortes para os projetos sociais.

Além disso, cabe lembrar que da mesma forma que tem se recusado a adotar políticas reais de combate à homofobia (há anos um projeto intitulado "Brasil sem homofobia" está engavetado em algum canto de Brasília), Dilma e seus aliados ainda estão dando "cobertura" aos agressores, na medida em que se recusam a votar o PLC 122, que ao criminalizar a discriminação poderia impor algum obstáculo aos homofóbicos que, também vale lembrar, elevaram o Brasil ao posto de país onde mais se mata LGBT no mundo, numa proporção de um a cada 36 horas, o que provocou a morte de cerca de 3.300 homossexuais desde 1980.

## Pra começar, 10%, já! Também para combater a opressão

Conseguir 10% do PIB já para a Educação pública possibilitaria modificar a situação da Educação também para os setores oprimidos, que são os mais atingidos pelo caos atual. Conseguir acesso a creches , educação básica e universidades públicas, gratuitas e de qualidade é uma necessidade ainda mais presente para os oprimidos que são os primeiros a serem excluídos nas crises. Além disso, somente com recursos dignos é possível desenvolver programas de formação e treinamento de professores e funcionários, a publicação de materiais (livros, filmes, etc) específicos que permitam desenvolver, nas escolas, projetos educacionais e campanhas sistemáticas de denúncia e esclarecimento.

Para eliminar de vez a opressão (seja ela machista, racista ou homofóbica) do interior das escolas, precisamos construir outro sistema educacional, que só possível no socialismo. Mas, para avançar nesse sentido, é preciso lutar em duas frentes: conseguir vitórias parciais como a dos 10% do PIB já pra Educação, e incorporar desde já, professores e alunos, organizados em entidades com as que compõem a CSP-Conlutas e a Assembléia Nacional dos Estudantes-Livre (ANEL) na mobilização ativa contra o machismo, o racismo e a homofobia no interior das escolas.

**A CULPA É DO GOVERNO** Estudantes chilenos marcham ao lado do Palácio presidencial de La Moneda em protesto contra o governo de Sebastian Pinera, que anunciou cortes no financiamento público do sistema educacional este ano.

# A educação chilena se defende

*Sete meses lutando pelo direito à educação pública*

CLARA SARAIVA, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Nos últimos meses, o Chile tem vivido uma verdadeira efervescência social. Completando sete meses de intensa e ininterrupta mobilização, o movimento estudantil chileno tem protagonizado os maiores protestos do país desde a queda da sangrenta ditadura de Augusto Pinochet, sensibilizando o conjunto da população. Em busca da sonhada educação gratuita e de qualidade, os estudantes se enfrentam com uma dura repressão e constroem novos métodos de luta, com ousadia e muita criatividade.

Sem dúvida, o ascenso de lutas que tomou conta do Chile já é um grande exemplo para a juventude brasileira. Inspirados no levante revolucionário da juventude do mundo árabe e nos indignados da Europa, uma nova geração se jogou com tudo na defesa da educação chilena, e alguns até morreram neste campo de batalha. Enfrentando balas de borracha, gás lacrimogênio, um governo intransigente e a traição de suas direções, os estudantes, ombro a ombro com os trabalhadores chilenos, se mantém firmes na luta.

## Pioneirismo neoliberal

O Chile é um dos únicos países da América Latina que manteve a mesma Constituição desde a época da ditadura, e foi um dos primeiros a se incorporar na cartilha neoliberal introduzida na década de 1990 pela América Latina. Por conta disso, possui um sistema educacional muito rígido e voltado quase integralmente aos interesses do mercado, completamente privatizado.

Atualmente, do orçamento total que financia a educação, o governo investe apenas 16%, sendo mais de 80% proveniente da renda de milhões de famílias chilenas, através do pagamento direto de taxas de matrícula ou por créditos e bolsas. Isso implica, inevitavelmente, que haja uma grande desigualdade no acesso à educação. A cada 100 estudantes matriculados no ensino superior, 68 possuem renda per capita de mais de R$ 800, enquanto apenas 23 possuem renda de R$ 180. Pelo enorme endividamento que as famílias ficam submetidas, apenas 60% conseguem terminar os estudos.

> Cerca de 3% do PIB apenas é investido em educação, e sequer são direcionados para o ensino público

O atual governo de Sebastian Piñera, eleito em janeiro de 2010, tem sido agente fundamental do aprofundamento desta lamentável situação da educação do país. Em 2009, ainda no governo de Bachelet (do Partido Socialista) foi aprovada a *Lei General de Educación*, implementada por Piñera. Este projeto aprofundou ainda mais a privatização, já que impôs uma meta de 80% para a educação subvencionada, ou seja, instituições particulares que cobram taxas e recebem incentivos do governo federal. Cerca de 3% do PIB apenas é investido em educação, e sequer são direcionados para o ensino público; os movimentos sociais defendem que ao menos 7% sejam investidos.

## Governo acuado

Todos os protestos deixaram o governo Piñera em xeque, numa grande instabilidade. Chegou a índices abaixo de 20% de aprovação, quando a grande maioria da população chilena prestava sua solidariedade à luta dos estudantes. Além dos familiares, diversas categorias de trabalhadores deram seu apoio ativo, como professores, servidores da saúde, trabalhadores de transportes e, inclusive, mineiros, que realizaram diversas paralisações, deixando a burguesia chilena de cabelo em pé. A extração de cobre é o setor mais lucrativo no país (a educação é o terceiro!). Para se ter uma ideia, um dia de paralisação da Codelco (empresa estatal de Cobre) dá cerca de 40 milhões de dólares de prejuízo.

A força da mobilização tem feito avançar a largos passos a organização dos estudantes. Diversos colégios e universidades foram ocupados, e em cada ocupação, há comissões de divulgação, alimentação, limpeza, mobilização, cultura, numa auto-organização impecável. Em cada universidade e escola, há sua federação estudantil de representação que se articula em nível nacional entre os universitários pela CONFECH *(Confederación Nacional de Estudiantes de Chile)* e entre os secundaristas pela CONES *(Coordinadora Nacional de Estudiantes Secundários)*.

## Contradições

Com o acirramento das lutas, as contradições começaram a ficar mais evidentes. A principal entidade que

convoca e organiza as mobilizações atualmente é a CONFECH, que reúne diversas federações das principais universidades do Chile, como se fosse uma federação de DCEs. Entidade de tradição na histórica luta estudantil chilena, atualmente a CONFECH é dirigida pelo Partido Comunista do Chile, que por sua trajetória na entidade já deixou marcas profundas de burocratização e traição às bases estudantis.

Após a queda da ditadura de Pinochet, o Chile foi governado, por 16 anos seguidos, pela *Concertacion*, (aliança entre o Partido Socialista com a Democracia Cristã). Ao longo desses anos, o governo chileno aprofundou a aplicação de medidas neoliberais e nada fez pra mudar significativamente o país. A situação da educação é uma prova disso. Havia, ao longo desses anos, um grande pacto de omissão do Partido Comunista em fazer críticas mais duras e uma forte oposição junto aos movimentos sociais, porque foram base de sustentação do governo de Bachelet. Priorizaram, portanto, as alianças parlamentares e em diversos momentos traíram a luta. Em 2009, já estavam à frente da CONFECH e o mais duro ataque à educação dos últimos anos foi votado, a *Lei General de Educación*. A entidade não convocou sequer uma mobilização, chegando a confundir as organizações estudantis secundaristas sobre a data da votação.

Desde que o governo Piñera foi eleito, considerado de direita tradicional, a entidade foi empurrada com força pelas bases estudantis a convocar mobilizações. No dia 28 de abril, o primeiro grande *"paro nacional"*. A partir daí, foram dezenas de mobilizações que reuniam mais de 100 mil, chegando, em agosto, a colocar 1 milhão nas ruas, depois de gerar uma enorme comoção social.

> Os protestos deixaram o governo Piñera em xeque. Chegou a índices abaixo de 20% de aprovação

A direção da CONFECH, personificada em Camila Vallejo, fez de tudo para deixar as ruas e levar a luta aos gabinetes do governo. As propostas, porém, não chegavam perto de solucionar as demandas. Os estudantes reivindicavam uma Assembleia Constituinte, o fim da cobrança de taxas, um plebiscito oficial sobre a educação gratuita para que a população pudesse decidir. Do governo, só vinha ampliação do crédito, do investimento indireto, conselhos de reitores para elaborar propostas; passavam longe das demandas estudantis.

Em uma série de entrevistas, como uma feita à Globo News, Camila deixou claro que não é contra a privatização, que estava disposta a entrar num acordo que deixasse de lado a principal bandeira da luta chilena, concordando que as universidades não sejam 100% gratuitas e que possa haver alguma cobrança de taxas. Em diversos momentos, desmarcaram grandes atos, mudaram datas e locais, tentaram burlar encaminhamentos das assembleias estudantis.

Essa postura burocrática na condução da entidade tem provocado desgastes na base da CONFECH, que tem atropelado muitas vezes sua direção para seguir fortalecendo as mobilizações.

## Desafios

Os desafios seguem sendo enormes, e a força da luta estudantil só tem crescido. Os estudantes já perderam o ano letivo e isso não parece desanimar os protestos. A FRIC *(Fuerza Revolucionaria Izquierda Comunista)*, seção chilena da LIT-QI, tem participado das mobilizações dos estudantes e mineiros do cobre. Estamos unidos com diversas organizações de esquerda, reivindicando a educação gratuita e de qualidade. Defendemos que a riqueza produzida no país, como nas diversas minas de cobre, seja revertida para a educação pública. Questionando o papel das direções traidoras, a juventude e os trabalhadores da FRIC se colocam a serviço da construção de um movimento estudantil aliado aos trabalhadores chilenos, construído com democracia, vinculado à base, com ousadia e disposto a lutar até o fim pela vitória. ■

**NÃO AO LUCRO** Criativos, estudantes, professores e funcionários saem às ruas no dia 7 de agosto.

# A Educação precisa de

**MAURO PUERRO,**
de São Paulo (SP)

O descaso dos governos – municipais, estaduais ou federal – com a educação é alarmante. Escolas em condições precárias, salas de aula superlotadas, baixos salários para os que nela trabalham e jornadas estafantes. Essa é a triste realidade das escolas públicas no Brasil. Não é por acaso que nosso país ostenta, em pleno século 21, índices inaceitáveis: mais de 14 milhões de analfabetos absolutos e 29,5 milhões de analfabetos funcionais (PNAD/2009/IBGE).

Já no ensino superior, a realidade também não é muito diferente. Faltam professores e funcionários. Também faltam vagas nas universidades públicas, enquanto o governo envia dinheiro público para as faculdades privadas.

Quem perde com isso, além dos trabalhadores em educação, são os estudantes e principalmente a população trabalhadora que tem seus filhos na escola pública. É preciso dar uma basta a esta situação!

Uma grande campanha deve tomar o país nestas semanas. É a campanha pela aplicação dos 10% do PIB (soma de toda riqueza produzida no país) na educação, já. Isso significaria aplicar R$ 367 bilhões na escola pública e nada desse dinheiro para os tubarões do ensino privado ou para pagar a dívida pública, que só engorda os bolsos dos banqueiros e agiotas.

A campanha em defesa dos 10% do PIB, já, para a educação pública também é a oportunidade dos trabalhadores em educação de todo o Brasil se unirem cobrando dos governantes e dos parlamentares medidas imediatas. Segundo o próprio MEC (Ministério da Educação), para igualar o salário do professor ao salário médio de um profissional com o mesmo grau de escolaridade seria preciso um reajuste de 60% nos salários do magistério. Isso equivaleria a 0,86% do PIB.

Vamos unir os homens e as mulheres que trabalham na educação, os e as estudantes, os pais, enfim, toda a classe trabalhadora que precisa de uma educação pública de qualidade. Por isso, os professores já podem preparar e realizar aulas sobre o tema: *Valorize a educação: 10% do PIB, já!* E ainda desenvolver um trabalho com oficinas sobre os 10% do PIB.

Vamos levar este debate a cada local de trabalho, a cada escola, a cada cidade e comunidade deste país. Vamos debater o tema com a população.

"Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas."
- Mãos Dadas, Carlos Drummond de Andrade

## PLEBISCITO PARA DECIDIR O FUTURO DA EDUCAÇÃO

Diversas entidades, organizadas no Comitê Nacional da Campanha, estão propondo a realização de um Plebiscito Nacional cujo tema será a aprovação no orçamento do governo de 10% do PIB para a educação pública. A iniciativa vai ocorrer durante o mês de novembro.

Quem deve decidir sobre os 10% do PIB para a educação pública é a população brasileira. São os que dependem da educação pública para formar seus filhos, os profissionais que nela trabalham e os estudantes. Esta decisão não pode apenas ficar nas mãos dos parlamentares, majoritariamente compromissados com o grande capital.

O plebiscito também será uma ótima oportunidade para organizar palestras, atos públicos, saraus, mostras dos trabalhos produzidos pela comunidade escolar, etc. É importante organizar reuniões nos locais de trabalho e nos bairros com a presença de pais e a comunidade interessada. Os estudantes também podem realizar plenárias de grêmios e centros acadêmicos para discutir os 10% do PIB.

Como diz o poema de Drummond, *"o presente é tão grande, não nos afastemos, vamos de mãos dadas"*. E o presente é essa hora de somar forças, unir a todos e a todas de norte a sul, do leste ao oeste. 10% do PIB para a educação pública, já!

Você é a favor do investimento de 10% do PIB na Educação Pública já?
SIM

## PASSO-A-PASSO DO PLEBISCITO

**1** Organize uma reunião no seu local de estudo, moradia ou trabalho, com todos os interessados em organizar a campanha. Ali, escolham os dias e horários de votação e façam uma escala, com quem poderá ficar na urna.

**2** Entre no blog da campanha ou procure o comitê em sua região para pegar o material: cédulas, atas, urna de votação. Pegue também cartazes e panfletos, para ir divulgando os dias de votação.

**3** Nos dias escolhidos, é preciso chamar todos para votar. Espalhe cartazes e vá até as pessoas, nas salas de aula, trabalho ou moradias. Durante a votação, esteja atento para que todos assinem a lista de votação.

**4** É hora de contar os votos. Confira a ata, com os horários em que a urna esteve aberta. Com outras pessoas, conte os votos e envie o resultado ao comitê onde você retirou os materiais. Lacre a urna, com votos e ata, caso precise recontar.

**A votação pode ser feita de 6 A 30 DE NOVEMBRO.**

**SAIBA MAIS**
BLOG DA CAMPANHA >> www.dezporcentoja.blogspot.com
BLOG DA AMANDA GURGEL >> www.blogdaamanda.com.br